



Cobardes incendeiam Canal de Moçambique



Não se queima uma ideia

- O fogo posto na Redacção do Canal de Moçambique tem os mesmos requintes de terrorismo do ataque à Redacção do Charlie Hebdo. Ainda que não tenha havido vítimas humanas, este representou o mesmo duro golpe à liberdade de expressão e democracia...

Guebuza arrolado como réu no Tribunal de Londres



Pela primeira vez, o antigo Presidente da República de Moçambique, Armando Guebuza, é arrolado como réu no processo referente à contratação das dívidas ocultas emitidas com garantias do Estado, avaliadas em USD 2.2 biliões.

Previsões pessimistas confirmadas no Turismo



O presidente da AVITUM, Noor Momade, fazendo uma radiografia do rasto que a Covid-19 deixou nos últimos quatro meses do Estado de Emergência, disse que “em Moçambique a situação é dramática, as quebras nas vendas estão acima dos 99%”.

Ministro Miquidade recua e extingue “guias de marcha”



Estado vai hipotecar mais de mil empresas por dívidas

Agora é simples efectuar

- > Transferências;
- > Pagamento de Serviços
- > Gestão integrada de cartões de débito/crédito
- > Constituição e gestão de poupanças;



No Banco que lhe dá todo o valor.

Call Center: 82 20 20/84 20 20 / 21 34 20 20
facebook.com/Mozabanco | @mozabanco
Moza Banco | @moza_banco

MOZA

O valor é teu.

destaques

CTA repudia atentado contra Canal de Moçambique

A CTA tomou conhecimento, com bastante preocupação, do ataque contra instalações do jornal Canal de Moçambique. A maior agremiação do sector privado do País repudia este acto bárbaro e covarde, praticado contra uma empresa privada, um atentado contra a liberdade de imprensa, segundo indica um comunicado enviado à nossa Redacção.



Total assina acordo com o Governo de Moçambique relativo à segurança do projecto Mozambique LNG

A Total E&P Mozambique Area 1, operadora do projecto Mozambique LNG, anuncia que assinou um novo Memorando de Entendimento com o Governo de Moçambique relativo à segurança das actividades do projecto Mozambique LNG. Este novo Memorando de Entendimento prevê que uma Força-Tarefa Conjunta garanta a segurança das actividades do projecto Mozambique LNG no local do projecto em Afungi e na área mais vasta de operações do projecto. O projecto Mozambique LNG providenciará apoio logístico à Força-Tarefa Conjunta. O Governo de Moçambique está empenhado em que o pessoal da Força-Tarefa Conjunta actue de acordo com os Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos (VPSHR). O memorando demonstra o compromisso do projecto em atingir as suas metas de forma segura, criando oportunidades locais e trazendo benefícios sociais e económicos significativos para a província de Cabo Delgado e para o país.

O ministro dos Recursos Minerais e Energia, Ernesto Max Elias Tonela, disse que “estamos orgulhosos em continuar a trabalhar com o projecto Mozambique LNG para garantir que o país beneficie da sua presença. Este Memorando de Entendimento reforça medidas de segurança e esforços para criar um ambiente operacional seguro para parceiros como a Total, que permita o seu investimento contínuo na indústria moçambicana, para pequenas e médias empresas e para as nossas comunidades.”

Por seu turno, Ronan Bescond, director-geral da Total em Moçambique, referiu que “reconhecendo os benefícios que o projecto Mozambique LNG trará para as comunidades locais, o país e todas as partes envolvidas no projecto, a Total e o Governo de Moçambique estão empenhados em assegurar progressos contínuos rumo à entrega bem-sucedida do projecto”.

Charlie Hebdo é aqui, Não se queima uma ideia

O fogo posto na Redacção do Canal de Moçambique tem os mesmos requintes de terrorismo do ataque à Redacção do Charlie Hebdo. Ainda que não tenha havido vítimas humanas, este representou o mesmo duro golpe à liberdade de expressão e democracia. Os discursos de ódio tornam-se acção e fazem do exercício do jornalismo um acto de coragem.

Elton Pila

Em pouco mais de dois minutos, no dia 7 de Janeiro de 2015, 11 pessoas foram mortas a tiro de Kalashnikov no edifício e Redacção do jornal satírico francês Charlie Hebdo. Uma outra vítima, um polícia, morreria quando tentava impedir a fuga dos autores do atentado em nome da Al-Qaeda da Península Arábica, os irmãos Kouachi, Saïd e Chérif, que haveriam de ser mortos a tiro pela Polícia, dois dias depois. Se no caso do periódico francês as constantes caricaturas do Profeta Maomé possam ter sido uma das razões dos ataques, no caso do Canal de Moçambique fica ainda por desvendar. Vamos aos contornos.

Na edição de 19 de Agosto, o Canal de Moçambique fazia capa com o “concurso” de marcação de combustíveis com vencedores já anunciados e falava de tráfico de influência numa “bolada bilionária”, envolvendo o ministro da Energia, Max Tonela; da Terra e Ambiente, Celso Correia, e o Presidente da República. Essa edição destacava ainda a relação pouco amistosa entre Raimundo Diomba, ex-governador



da província de Maputo, e Vitória Diogo, actual secretária de Estado na província, um assunto que já havia sido despoletado na edição anterior em que ficámos a saber que Diogo arrendava uma casa a 400 mil meticais por mês e que Diomba se recusava a entregar a casa protocolar. Há três semanas, o mesmo órgão havia feito uma capa a mostrar a evolução da miséria no primeiro mandato do actual Governo. “Isto só piorou”, titulava o Canal de Moçambique por cima de uma fotografia do Governo.

Qualquer uma destas matérias ou de tantas outras poderia ter sido o mote para este incêndio, uma mostra clara de um regime que, quando não consegue capturar ou cooptar a imprensa, a intimida.

Charlie Hebdo é aqui

Era para ser um domingo em que o resultado da final da Liga dos Campeões preencheria as conversas nas redes sociais, ainda que, mais cedo, se tenha sabido da detenção do jornalista Armando Nenane, cujos contornos estão ainda por esclarecer. Mas o incêndio do Canal de Moçambique foi para os trending topics das redes sociais.

Os escritórios do Canal de Moçambique localizam-se no Bairro Central, na Avenida Maguiguana, no reis-do-chão de um edifício residencial, com mais dois andares, portanto, mais duas famílias, outras várias vidas que nada tinham a ver com o jornal mas que viram o fogo ameaçar-lhes a segurança.

Eram perto das 20 horas quando indivíduos, até aqui desconhecidos em número e rosto, arrombaram as portas da Redacção e colocaram combustível - dois bidões de 20 litros foram encontrados no local - para atear fogo. Os vizinhos até chamaram os bombeiros, mas só permitiram que o fogo não se alastresse para outras residências. O material da Redacção foi todo destruído, a comprometer a produção da edição desta quarta-feira, ainda que o Editor executivo do Canal de Moçambique, Matias Guente, tenha garanti-



do que o jornal estará na rua também nesta semana, como se fosse Fénix a ressurgir das cinzas do incêndio.

Com este incêndio, assiste-se a mudança do modus operandi dos silenciadores do regime, esquadrões de morte e esquadrões de incêndio, que deixam de atacar pessoas e passam a atacar instituições.

Antes deste incêndio, o Editor executivo do órgão teria sido vítima de uma tentativa de rapto. Estávamos a 31 de Dezembro de 2019. O facto aconteceu no bairro do Alto-Maé, atrás do Quartel- Gene-

ral. Guente resistiu ao rapto, mas foi espancado com tacos de basebol e golfe. Foi salvo pelo engarrafamento criado na estreita estrada e os gritos das pessoas que assistiam ao acontecimento. Era uma tentativa de intimidar o jornalista e com ele o órgão que lidera.

Há poucas semanas, Matias Guente, mas também o Director do Jornal, Fernando Veloso, foram chamados ao Tribunal para responder por violação do segredo de Estado. Este incêndio na Redacção, causado por fogo posto, é mais do mesmo. “É mais um dos vários atentados à liberdade de imprensa e expressão”, disse Guente, que fez notar que os comentários de ódio nas redes sociais subiram de tom.

Para que conseguisse efectuar a queixa-crime foram necessárias quase três horas. O oficial-dia estava atarantado, com graves problemas para lavar a queixa e se punha em permanente comunicação com o comandante do Comando-Geral de Maputo, como se precisasse de uma autorização,

como se a Redacção reduzida a cinzas não fosse o suficiente para a queixa.

Depois foram os homens dos Serviços de Inteligência a protagonizar um episódio caricato. Fizeram-se ao local sem lanternas, sabendo que o fogo teria também consumido o sistema de electrificação, acabando por não fazer o trabalho devido, relegando-o para esta segunda-feira.

É um atentado à liberdade de imprensa, de gente que acredita ainda que os computadores são a componente ideológica dos jornais. Em 2007 aconte-



Adriano Nuvunga



Ossufo Momade



Salomão Muchanga

ceu o mesmo com o MAGAZINE Independente, tendo sido roubados todos os computadores da Redacção, mas depois de arregaçadas as mangas o trabalho continuou.

Uma ferida aberta na democracia

O incêndio é uma ferida aberta no corpo democrático, que encontra na liberdade de expressão e imprensa as pernas com que se movimenta. Multiplicam-se as vozes que condenam o fogo posto à Redacção do Canal de Moçambique.

O director do Centro de Integridade Pública (CIP), Edson Cortez, fala de um grande golpe à liberdade de expressão em Moçambique, num momento em que se têm estado a agudizar atitudes que visam silenciar as vozes que discordam do status quo.

Para o CIP, este acto, de forma apriorística, representa um ataque à liberdade de imprensa e de expressão e a todo o pensamento independente e o direito de o expressar. “Pelo que cabe às autoridades competentes investigar de modo a que sejam apuradas as responsabilidades”.

Já o MISA Moçambique condena “o bárbaro e cobarde ataque”, alertando para que o ataque não seja visto de forma isolada do contexto de uma estratégia global “posta em marcha pelas forças mais retrógradas da nossa sociedade, para reverter o processo democrático em Moçambique, fazendo estremecer os pilares que o sustentam”.

Nunca pode haver democracia, faz notar esta organização que tem pugnado pelo direito à liberdade de expressão, numa sociedade onde as instituições da liberdade de expressão e da liberdade de imprensa são sistematicamente vítimas de intimidação e de ameaça, que é precisamente o objectivo que os autores deste ataque pretendem alcançar. “É notória a falta de sensibilidade e piedade dos criminosos que, para além do seu alvo, colocaram

também em risco a vida e bens de cidadãos inocentes que habitam nas proximidades das instalações do Canal de Moçambique”, fazem notar.

A regularidade e impunidade com que estes actos têm estado a ocorrer podem sugerir que os criminosos tenham fortes ligações com sectores importantes na hierarquia do Estado, suspeita o MISA, que exige que as autoridades ajudem a esclarecer o mais breve possível este caso.

Por sua vez, o Centro para Democracia e Desenvolvimento fala de atentado que representa um duro golpe contra a liberdade de imprensa, um dos fundamentos da democracia. “O CDD exige uma investigação séria e profunda sobre este atentado contra a democracia”.

Já a Nova Democracia faz notar que Moçambique é hoje um exemplo avançado de um Estado intolerante e criminalizado, onde a dignidade da liberdade é grosseiramente agredida. “Não há memória no país de um ataque à liberdade de imprensa tão ignóbil quanto repugnante e que denuncia uma síndrome de desespero de causa”, faz notar em comunicado enviado à nossa Redacção.

Estes ataques ofensivos e de intensa toxicidade à liberdade e à democracia são uma manifestação de intimidação e bloqueio à esfera pública do pensar diferente, expressão de alto valor para a democracia, anota.

Estas práticas macabras, aliadas ao prosperar de discursos de ódio e atingindo o endurecimento do aparato repressivo, escrevem, representam a corrosão da liberdade e integridade física dos que opinam diferente pelos que habitam nas salas de espera do regime.

O comunicado lembra também o caso do Bispo de Pemba, Dom Luiz Lisboa, e de Ibrahim Mbaruco, que continua desaparecido sem qualquer amparo do Estado, desde 07 de Abril, como prova de violência sistémica contra

quem pensa diferente.

“Queremos lembrar que somente com a legítima liberdade de expressão, pluralidade de informação e uma cidadania vibrante contra as tentativas de cercear o Estado de Direito Democrático é que vamos transformar radicalmente o regime de força em regime de direito”, escrevem.

A Renamo não se fez alheia. Fala de “um crime contra a liberdade de expressão” e um

“atentado contra a própria democracia”. “Moçambique não deve continuar a regredir nos ditames do concerto das nações civilizadas”, escrevem em comunicado posto a circular esta segunda-feira.

Defendem que esse caso não deve ser mais um caso que será arquivado. “Exigimos às autoridades competentes que levem a investigação deste assunto com a devida seriedade e celeridade”, escreveu o partido.

Estado vai hipotecar mais de mil empresas por dívidas

O Estado moçambicano, através da Autoridade Tributária e da Direcção-Geral de Impostos, irá nos próximos dias levar a cabo uma série de hipotecas, penhoras de contas bancárias e bens de mais de mil empresas que devem ao Estado mais de 730 mil milhões de meticais.

Na verdade são mais de mil empresas já executadas e notificadas pela Direcção-Geral de Impostos, por estas se encontrarem em parte incerta.

Deste leque figuram empresas de figuras de proa, de célebre cantora e produtores da praça, que são citados como encontrando-se em parte incerta pela Direcção-Geral de Impostos da Autoridade Tributária, que assim segue o rasto após ter dado um prazo de 30 dias para efectuarem o pagamento da dívida ou incorrer em risco de penhora.

Mesmo com o Estado de Emergência decretado e prolongado por mais de duas vezes e com o processo de perdão das dívidas lançado pela Autoridade Tributária, as empresas a serem hipotecadas, incluindo duma proeminente cantora, não se dignaram a requerer o perdão da dívida.

Nos éditos lançados pela Direcção-Geral de Impostos para o processo de execução figuram empresas pertencentes a figuras de proa, que muitas delas têm pautado por fuga ao fisco, falta de pagamento de multas, dívidas com o INSS, IRPS, IRPC, IVA, entre outras anomalias, somando todas um total de 730 mil milhões de meticais de dívida ao Tesouro.

A título de exemplo, uma empresa pertencente a uma célebre cantora da praça, que ao que tudo indica não vai escapar da execução pelo Estado, foi multada em 2018 pela INAE num valor quase que “irrisório” de menos



de cem mil meticais, e esta aparece no processo negativo para citação, na posição número 630, com o processo número 240/180, numa nota tornada Pública em Junho último pela Direcção-Geral de Impostos, dando assim à empresa e tantas outras cerca de 30 dias para efectuar o pagamento da dívida, bem como os juros de mora e custas dos autos, sob pena de penhora.

Na lista, cujos nomes o MAGAZINE poderá publicar em próximas edições, figuram também escritórios de advogados renomados da praça com dívidas e multas de milhões e milhões de meticais, onde ao se efectivar a penhora poderão vir a fechar os seus escritórios.

Em termos legais, os executados já deveriam, junto das autoridades, ter pago as suas dívidas até ao dia 29 de Julho, conforme cita a nota da Direcção-Geral de Impostos, que socorre-se no número 2 do artigo 44 do Código das Execuções Fiscais.

Entretanto, uma fonte da Autoridade Tributária que aceitou falar ao nosso jornal sobre o caso salientou que esta publicação por édito resulta de um procedimento legal previsto no Código das Execuções Fiscais e mais legislações, estando relacionado com o facto de quando se

pretende notificar ou citar o contribuinte que está na qualidade de executado não ser possível localizá-lo, depois de insistência para localizar o contribuinte não se conseguir localizar, a Lei manda que se pode optar pelo mecanismo de publicação de editais.

Já em relação à penhora, a fonte disse que “vamos lançar mão às penhoras, sendo que primeiro serão as penhoras bancárias e depois os bens”.

Questionada sobre o facto do país se encontrar em estado de emergência, a fonte frisou que “há uma orientação do Tribunal Administrativo que mandava suspender os actos de execução porque os tribunais estão encerrados para processos normais, mas há uma orientação para que se avance com as penhoras pois os prazos de pagamento das dívidas expiraram e as empresas não recorrem ao perdão da dívida”.

Entretanto, é cada vez crescente o número de empresas que tentam de várias formas burlar o Estado, incluindo o não pagamento de multas, dívidas com o INSS, IRPS, IRPC, IVA, entre outras, sendo que das empresas citadas e notificadas pela Direcção-Geral de Impostos devem todas elas um total de 730 mil milhões de meticais ao Estado. **Elísio Muchanga**

destaques

Papa envia mensagem de apoio a Bispo de Pemba

O Papa Francisco enviou há dias uma mensagem de conforto ao Bispo de Pemba, que foi acusado por propagandistas de ser apoiante do grupo de insurgentes que desestabiliza a província de Cabo Delgado, norte de Moçambique. Papa Francisco disse a Dom Luiz Lisboa que ele está bem próximo dele e do todo o povo de Cabo Delgado.



Ramaphosa repreende ministro das Finanças por comentário inapropriado

O Presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa, repreendeu duramente o ministro das Finanças, Tito Mboweni, na sequência de comentários, que considerou inapropriados, feitos por este nas redes sociais, informou esta segunda-feira a Presidência em nota distribuída à imprensa.

Tito Mboweni fez uso das redes sociais para tecer informações sobre a destituição do governador do Banco Central da Zâmbia, pelo Chefe de Estado daquele país, Edgar Lungu.

Num dos seus tweets, o titular das Finanças da África do Sul promete apresentar publicamente as razões por que o governador do Banco Central foi demitido.

Por este facto, o Estadista Cyril Ramaphosa demarca-se do seu ministro e assegura ao governo e povo da República da Zâmbia “que os lamentáveis comentários não reflectem os pontos de vista do governo sul-africano e nem do seu povo”.

O problema está a ser tratado de modo a que este incidente não ocorra novamente, lê-se no documento distribuído pela porta-voz interina da Presidência, Tyrone Seale.

A África do Sul e a Zâmbia gozam de fortes relações históricas que datam da época da luta contra o apartheid, adianta a nota a que a Angop teve acesso.

A África do Sul continua comprometida em manter os profundos e sólidos laços de amizade entre os povos de ambos os países, conclui a Presidência.

Entretanto, a África do Sul atingiu na noite de sábado as 607 mil e 45 pessoas infectadas com a covid-19, depois de terem sido identificadas três mil 707 novas contaminações.

O país passou ao Nível 2 de alerta do confinamento na terça-feira (18), depois de ter sido registado um declínio no número de infecções diárias e redução nos internamentos nas diversas unidades hospitalares. **AP**

Fátima Mimbire: Nyusi iludiu-nos no esclarecimento do “caso Matalana”

Volvidas três semanas depois do escândalo das famigeradas gravidezes que chocaram o país, na Escola Prática da Polícia em Matalana, o Presidente da República (PR), Filipe Nyusi, pronunciou-se sobre o caso, no encerramento do 40º curso básico da Polícia, afirmando que o Estado não deve nem vai tolerar situações como esta. Entretanto, a activista social Fátima Mimbire considera que o PR iludiu-nos apenas para baixar a poeira, porque a informação é questionável e provém de entidades em conflito de interesses.

Neuton Langa

O Presidente da República, Filipe Nyusi, anotou que os recentes casos de Matalana mostram a dimensão dos nossos problemas como sociedade e o Estado não deve nem vai tolerar situações como esta, afirmando que a lei deve ser cumprida e ela é igual para todos e ninguém está acima da lei.

Nyusi acrescentou que dados preliminares em seu poder indicavam que a Direcção da escola, na sua actividade permanente de inspecção e verificação, constatou a existência destes factos antes de terem sido tornados de domínio público, não sendo conclusivo que se tratou de uma descoberta, tanto que foram rastreadas todas as instruendas e detectados 14 casos positivos para gravidez, confirmados por testes laboratoriais, com períodos de gestação média entre 1 e 6 meses. Destas instruendas grávidas, apenas 4 foram engravidadas na escola e as restantes 10 de parceiros estranhos à comunidade escolar. Por isso decorrem inquéritos para se aferir os contornos de cada um dos



casos, procurando salvaguardar o estado psíquico e emocional das gestantes porque elas merecem o respeito humano. Para o esclarecimento deste caso, Filipe Nyusi disse contar com o envolvimento das famílias, da comunidade escolar e da Direcção da Escola Prática da Polícia de Matalana, tendo acrescentado que esta situação chamava atenção à necessidade de maior aprimoramento dos mecanismos de selecção e verificação permanente dos candidatos e dos testes médicos e psicotécnicos da pré-selecção.

Com base nas declarações do Chefe de Estado e Comandante-em-Chefe das Forças de Defesa e Segurança, a activista social Fátima Mimbire disse que o discurso de Nyusi significava que a investigação em curso com vista a esclarecer o caso das instruendas grávidas não era para trazer resultados e que o Presidente da República iludiu os moçambicanos só para baixar a poeira.

“O Presidente diz que os dados são resultado de um relatório preliminar a que teve acesso, mas esta informação é questionável porque provém de entidades em conflito de interesses. E duvido muito que se o resultado da auditoria se mostrar diferente haverá coragem suficiente de o revelar, uma vez que o Chefe de Estado já disse que apenas 4 foram engravidadas em Matalana e, inclusive, disse que deveria ser analisada a paternidade, para confirmar se algum instrutor esteve envolvido”, disse Mimbire.

A activista acrescentou que o pior é que tudo indicava não haver intenção de se avan-

çar para uma auditoria independente. Segundo ela, o Presidente da República foi peremptório ao afirmar que estava em curso uma investigação profunda conduzida pelo Ministério do Interior e pelo Comando-Geral da PRM, mas desconfia-se que estas duas instituições queiram lavar a sua imagem trazendo resultados enviesados porque têm responsabilidade sobre o que aconteceu em Matalana. Questionada sobre a possibilidade de serem admitidas instruendas grávidas na Escola Prática de Matalana, Fátima Mimbire disse não fazer muito sentido porque os candidatos antes de serem admitidos ao treinamento são submetidos há testes, que devem ser feitos um pouco antes de serem convocados à instrução, e por isso alguém faltou com a sua obrigação e deve ser responsabilizado. Até porque este é um sinal óbvio de existência de

uma teia de corrupção. “Tenho informações que indicam que são cobrados valores que atingem os 50 mil meticais para a incorporação de instruendos. Esta é uma prova de corrupção. Claramente que a corrupção envolve desde quem faz os testes e os avalia, até quem dá a aprovação dos candidatos,



Fátima Mimbire

incluindo os que devem supervisionar, que fazem vista grossa, como é o caso da jovem admitida com uma gravidez avançada, que acabou perdendo o bebé num parto prematuro. Como isso é possível? Onde houve falhas? E o que se fez quando se detectou estas falhas?”, questionou.

Salientou que a Polícia fala de bandidos infiltrados justamente porque o sistema lhes acolhe e treina, mas depois não consegue combater-lhes porque conhecem bem as técnicas.

Oito mortos e 26 feridos em acidente de viação no município de Boane

Pelo menos oito pessoas morreram e 26 ficaram feridas, incluindo duas com gravidade, num acidente de viação esta segunda-feira no município de Boane, na província de Maputo, disse à Lusa fonte policial.

O acidente, que ocorreu por volta das 05:30 locais, envolveu dois autocarros e um furgão transportando passageiros, disse Juarce Martins, chefe das Relações Públicas e porta-voz da Polícia da República de Moçambique (PRM) na pro-

víncia de Maputo.

“A causa do acidente foi uma ultrapassagem irregular”, observou o porta-voz da PRM, acrescentando que dois dos veículos envolvidos no acidente estavam em alta velocidade durante uma disputa por passageiros.

Os feridos graves foram levados para o Hospital Provincial da Matola, mas mais tarde foram transferidos para o Hospital Central de Maputo devido à seriedade dos seus ferimentos.

Guebuza arrolado como réu no Tribunal de Londres



Armando Emilio Guebuza

Pela primeira vez, o ex-Presidente da República de Moçambique, Armando Emilio Guebuza, é arrolado como réu no processo referente à contratação das dívidas ocultas emitidas com garantias do Estado, avaliadas em USD 2.2 biliões. No processo que decorre no Tribunal de Londres também estão arrolados mais oito moçambicanos e o dono da Prinvinvest, Iskandar Safa, sendo que a próxima audiência está prevista para Janeiro de 2021.

Neuton Langa

O processo das dívidas ocultas de Moçambique, que corre seus trâmites num Tribunal de Londres, assumiu novos desenvolvimentos, com o Juiz da Secção Comercial do Tribunal Superior de Justiça (High Court Of Justice), Justice Waksman, a rejeitar as petições da Prinvinvest, que pretendia evitar responder o caso na Justiça britânica.

Com base na queixa de Moçambique na Justiça britânica,

ca contra a Prinvinvest e suas subsidiárias envolvidas nas dívidas ocultas, cujo total são 10 réus, em que a construtora naval defendeu-se questionando a competência da Justiça inglesa para julgar a matéria controvertida, alegando por um lado que o caso estava a ser tratado na arbitragem Suíça e, por outro, que o nome da empresa estava mal escrito na queixa, pelo que a mesma queixa era como que contra uma entidade inexistente, o Juiz indeferiu todas as petições da Prinvinvest, tendo marcado a próxima audiência para Janeiro de 2021. Aliás, o Juiz aceitou uma emenda submetida pela Procuradoria-Geral da República, onde inclui o proprietário da Prinvinvest, Iskandar Safa, como arguido. Entretanto, nos nomes dos cidadãos moçambicanos envolvidos nas dívidas ocultas destaque vai para o antigo Presidente da República, Armando Guebuza, que é arrolado no processo como sendo réu relevante para ajudar a esclarecer o caso. Contudo, a seguir apresentamos os nomes dos moçambicanos arrolados no processo das dívidas ocultas em curso no Reino Unido, nomeadamente o ex-ministro das Finanças, Manuel Chang, réu nos Estados Unidos da América e em Moçambique, o antigo PCA das empresas moçambicanas EMATUM, MAM e ProIndicus, António do Rosário,

réu nos Estados Unidos da América e em Moçambique, o filho mais velho do Presidente Guebuza, Armando Ndambi Guebuza, somente réu em Moçambique; Teófilo Nhangumele e Bruno Langa, lobbistas que apresentaram Jeani Boustani

ao Presidente Guebuza, são réus nos Estados Unidos da América e em Moçambique. O então director do Serviço de Informação e Segurança do Estado (SISE), Gregório Leão, réu em Moçambique, a e antiga directora nacional do Tesouro, Isaltina Lu-

cas.

Recorde-se que a Procuradoria-Geral da República está a mover três processos contra Surjan Singh, Adrew Pearse e Detelina Subeva, assim como certas empresas do Grupo Prinvinvest e seu PCA, Iskandar Safa.

Miquidade recua e extingue “guias de marcha” para nacionais e estrangeiros

Depois de uma certa pressão por parte de vários segmentos da sociedade sobre os pedidos de autorização de viagens internacionais emitidos pelo Ministério do Interior para os cidadãos nacionais e estrangeiros, eis que o ministro de tutela, Amade Miquidade, voltou atrás e permitiu que todos os cidadãos nacionais e estrangeiros possam entrar e sair do país sem que necessariamente tenham autorização de viagem, bastando para tal possuir o visto de trabalho ou visto de permanência temporária válido, isto para os estrangeiros.

Com base na publicação do Boletim Informativo do Centro de Integridade Pública (CIP), que alertava sobre o facto do Ministério do Interior estar a violar a Constituição da República ao condicionar o direito de livre circulação para o exterior à obtenção de uma espécie de “Guia de Marcha”, o ministro de tutela recuou da sua decisão.

O CIP defendia que o facto dos cidadãos viajarem para fora de Moçambique (Maputo – Lisboa) ser sujeito à necessidade de obtenção de uma autorização junto do Ministério do Interior (MINT) violava de forma grosseira o direito à livre circulação, previsto na Constituição da República de Moçambique (CRM), e era uma espécie camuflada de regresso à má memória das “Guias de Marcha”, mas de forma sub-reptícia, sob pretexto de pretender controlar a propagação da Covid-19 no território nacional.

A referida imposição como condição sine qua non” para viajar de Maputo para Lisboa e vice-versa é uma clara forma de coarctar o direito à livre circulação dos cidadãos, conforme o estabelecido na



Amade Miquidade

Constituição da República (CRM). Nestes termos, o n.º 2 do Artigo 55 da CRM estabelece que “todos os cidadãos são livres de circular no interior e para o exterior do território nacional”.

Tratando-se de um direito concedido pela Constituição, a mesma fixa as formas como o mesmo pode ser suspenso ou limitado. Neste sentido, deve-se questionar a legitimidade da referida medida, atendendo que o Ministério do Interior não tinha legitimidade para limitar ou suspender o direito constitucional à livre circulação dos cidadãos, uma vez que também se acha vinculado ao cumprimento dos ditames constitucionais, conforme estabelece o artigo 56 da CRM, nos seguintes termos “Os direitos e liberdades individuais são directamente aplicáveis, vinculam as entidades públicas e privadas, são garantidos pelo Estado e devem ser exercidos no quadro da Constituição e das leis”, o que significa que o MINT, como órgão público, era obrigado a cumprir com o preceituado na CRM.

Compulsando o decreto que estabelece o novo Estado de

Emergência, o mesmo não faz alusão à necessidade de condicionamento do direito à livre circulação dos cidadãos para fora do território nacional e vice-versa. O Decreto 69/2020, ao estabelecer que é limitada a entrada e saída de pessoas do território moçambicano, não está a proibi-las. Limita-as a assuntos de interesse do Estado, apoio humanitário, saúde e transporte de carga. Em nenhum momento refere que a circulação de pessoas está condicionada a uma autorização do ministro do Interior, nem que compete, sequer, ao ministro do Interior regulamentar sobre esta limitação.

Segundo o CIP, o facto de ser por motivos de saúde não pode estar condicionado a uma autorização do ministro do Interior. Se há um atestado médico, não pode ser da competência do ministro do Interior verificar se concorda ou não com esse atestado médico.

Esta orientação foi através de um comunicado do Gabinete do Ministro do Interior, Amade Miquidade, enquanto deveria ter sido com base num diploma ministerial do Conselho de Ministros, que regulamenta a limitação de saída por decreto, onde o ministro do Interior informava a todos os cidadãos nacionais e estrangeiros que os cidadãos nacionais estavam dispensados de solicitar autorização de viagem para saída e entrada no país, mas os estrangeiros estavam dispensados de solicitar autorização de saída do país e autorização de entrada, bastando apresentar o visto de trabalho válido, visto de permanência temporário válido e documento de identificação e residência para estrangeiro (DIRE) válido.

Neuton Langa

opinião

Embondeiro



Lionel Papane

Madrinha Isabel Baltazar da Costa, Nobre embondeira parteira de Tete

Filha do nacionalista, fundador de um dos principais movimentos que se fundiu no movimento que liderou a Independência Nacional, o enfermeiro José Baltazar da Costa, também conhecido por Baltazar Changona, coincidentemente falecido no dia 25 de Setembro de 1988, data comemorativa da criação oficial do movimento independentista, do qual foi co-fundador (que a terra lhe seja leve), Madrinha Isabel é uma figura emblemática de Tete, símbolo de reverência e vida. Dona de um sorriso que transmite bênçãos e paz de espírito. Eventualmente por influência do pai optou pelo curso de Enfermeira-Parteira, nobre função e importante recurso humano para prover cuidados de saúde às gestantes, parturientes, puérperas, recém-nascidos e familiares, promovendo e preservando a normalidade no processo de nascimento, atendimento às necessidades físicas, emocionais e socio-culturais das mulheres. Madrinha Isabel é uma Nobre Embondeira rodeada no seu reduto familiar de rico naípe de embondeiros. Para além do pai, Grande Embondeiro Nacionalista, é irmã da Embondeira do Professorado e da Emancipação da Mulher, Filipa Baltazar da Costa. Casou-se com o irmão do Embondeiro Universal das Artes e Cul-

tura, Mestre Naguib Elias Abdula (netos do Decano Ancião de Embondeiros de Tete de outros tempos, o avô Singh); mãe da Embondeira Comunicóloga e Radialista e Deusa da Voz, Fátima Costa, Directora-Geral do Instituto de Comunicação Social.

Junto de outras embondeiras- parteiras como Tia Raimunda da Costa Xavier, Madrinha Joaquina Maria dos Santos, Avó Fátima Varinde, Parteira Orlanda, Parteira Laurinda e outras, fez a história da classe das parteiras da cidade de Tete. Pelas suas mãos foram dados à luz muitos dirigentes da província, da nação e do mundo. Pela delicadeza na estimulação dos sinais vitais dos recém-nascidos, do processo de humanização que encerra a actividade, em nome de todos os que passaram pelas suas mãos nos momentos cruciais das suas vidas e das suas respectivas progenitoras, rendo uma reverencial homenagem a todas as parteiras, sem excepção. Merecem profundo respeito e consideração de todos.

Faz parte de uma geração de profissionais de Saúde, a quem fomos ensinados a tratar por doutores por reverência. Enfermeiros Berta de Sousa, Bastos, Duarte, Cuchamano, irmãos Remí Pereira, Tio Sebastião Jeremias, Tio Chatima, etc.

Infelizmente, grande parte de parteiras foi sendo social e sistematicamente desvalorizada e relegada ao esquecimento, não obstante a gestão emocional e traumas da profissão, desde os riscos envolvidos, processos de transferências psicológicas ao transmitir empatia, confiança e segurança às parturientes, o choque que enfrentam ao receber nados-mortos e a capacidade sobre-humana que se lhes impõe na comunicação de tais infortúnios às parturientes e familiares, a preparação psicológica para ensinar às parturientes a lidar com as de-

pressões pós-parto, questões psicossociais, entre outros.

Madrinha Isabel demonstra, apesar do peso da idade, rescaldos dos desafios da vida, dos tremendos testes à sua resistência psicológica, preserva o equilíbrio, a lucidez e uma compensação psicológica excepcionais, critérios sociais bastantes para considerá-la angélica e cândida, divina e nobre.

Não obstante o seu legado esteja registado no Livro da Vida e na Sagrada Memória do Antigo de Dias, atrevo-me a sugerir uma menção honrosa à Madrinha Isabel Baltazar da Costa, e por

extensão a todas as parteiras, quanto muito não seja nas festividades do Dia da Cidade de Tete, para que se cumpra o desiderato de mudanças dos processos endógenos, para que as boas perspectivas exógenas sejam abrangentes e eficazes. Os verdadeiros heróis e mentores sociais merecem encorajamento e edificação, exaltação e reconhecimento, primariamente dos seus. É gratificante e significativo enquanto em vida.

Bem-haja Madrinha Isabel Baltazar da Costa, Nobre Embondeira parteira de Tete!

PUBLICIDADE

TABELA DE ASSINATURAS

AVISO

A Empresa Magazine Multimídia, SA, avisa os estimados cliente que tenham facturas em atraso, relativas as assinaturas de jornais de 2019, para procederem a sua regularização, no prazo maximo de trinta (30) dias, de modo a não afectar o fornecimento de jornais no próximo ano de 2020, cujo processo de renovação já iniciou.

Periodicidade	Anual	Semestral	Trimestral
Cidade de Maputo	4.000,00MT	2500,00MT	1700,00MT
Províncias	5500,00MT	4000,00MT	2500,00MT

Bairro da Malhangalene, "A", Rua da Concórdia (Oliveira) nº 38, 1º andar único
Cell: 820152830 | 84 242 9024 "Ester Machava", cidade da Maputo
email: multimediacomercial18@gmail.com

FICHA TÉCNICA

Registado sob o nº 05/GABINFO-DE2007
Propriedade de MAGAZINE MULTIMEDIA, SA

Conselho de Administração
Sheila Dundule - presidente
Lourenço Jossias

Directora Administrativa:
Flora Nguenha (82 827 3130)
(floranguenha@gmail.com)

Direcção, Redacção, Grafismo e Administração:

Rua da Concórdia (Oliveira) nº 38 1º andar único, Malhangalene "A", Maputo.
Tel/Fax: 21 328 579
Telemóvel: 82 01 52 830, 87 76 84 840
email: jornalmagazineinde@gmail.com
www.magazineindependente.com

Director:
Lourenço Jossias (82 3093420)
(jossiasgira@gmail.com)

Editor:
Nelo Cossa (82 6581770)
(nelocossa@yahoo.com.br)

Redacção:

António Zacarias, Alfredo Langa, Aida Matsinhe, Elísio Muchanga, Nelson Mucandze, Adelina Pinto, Neuton Langa e Elton Pila

Magazine Online:

Coordenador: Elton Pila
(eltonl.pila@gmail.com)

Fotografia:

Nilton Cumbe (845854285) e António Nhangumbe (826633814)

Colaboradores:

Isaura Pinto e Simeão Cuamba

Grafismo:

Samuel Dias (84 756 5575)

Revisão: Cipriano Siquela e Paulo Jossias

Publicidade e Marketing:

Telemóvel: 820152830/877684840
Aléxia Chongo (82 5781 322/ 840560354)
Email: alexiachongo@gmail.com
Email: multimediacomercial18@gmail.com

Impressão: Sociedade do Notícias S.A

Assalto ao Canal de Moçambique: uma mancha negra para o País

Na noite do último domingo, quando meio-mundo dormia ou assistia aos telejornais que a essa hora são emitidos pelas principais estações televisivas do País, assaltantes ainda não conhecidos arrombaram as portas de entrada da sede do jornal Canal de Moçambique e causaram enormes estragos.

Com auxílio de combustível e de bomba artesanal, os criminosos dinamitaram a Redacção, queimando por completo o que lá existia, incluindo computadores e outro equipamento de escritório, fazendo desaparecer arquivos fotográficos e valiosa documentação.

Não temos razões para acusar a quem quer que seja, mas temos fortes convicções para afirmar que os autores dos ataques visavam silenciar a publicação, sem dúvidas uma das mais críticas e contundentes que existem no País.

Temos também a convicção de que os autores do ataque terrorista contra a Imprensa tentam, assim, vingar-se contra um jor-

nal que cumpre, no espírito e na letra, o plasmado na Constituição da República e na Lei de Imprensa, no contexto dos direitos e liberdades garantidos num Estado de Direito Democrático. São certamente indivíduos ou grupos de indivíduos que se sentem incomodados com os escritos do Canal de Moçambique ou vêem ou viram seus esquemas ou negócios beliscados pela publicação.

O ataque terrorista não visava roubar computadores ou máquinas fotográficas. O ataque terrorista contra o Canal visava silenciar a publicação, acreditando, os seus autores, que esse silenciamento duraria para sempre.

Mal calcularam eles que o ataque teria sim um impacto muito forte na actividade normal da publicação, mas estaria longe de silenciá-la para todo o sempre. Em plena era das tecnologias de informação, fazer-se ouvir através da mídia não requer exclusivamente a junção de pessoas e equipamentos num mesmo com-

partimento ou sala, aquilo que designamos de Redacção. Cada repórter pode muito bem escrever as suas histórias num computador portátil ou fixo na sua casa, no aeroporto, na sombra de uma árvore, na praia ou no restaurante e enviar esse mesmo material para o paginador que, por sua vez, pode montar o seu equipamento em casa ou num outro lugar qualquer, desde que haja internet. Mesmo no telemóvel se escreve um artigo.

O cálculo para silenciar o Canal foi mal feito e já se vê que os que pensaram neste ataque devem ser amadores, uns cabeças de galinha que pensam pouco.

Pensam pouco ao ponto de pôr em causa a imagem de um País inteiro que se vê manchado em quase todo o Mundo, por tentativa de intimidação à mídia, por sinais proibitivos do exercício livre da liberdade de imprensa e de expressão.

Reparem que ao contrário dos que sabem já que os autores do ataque são pessoas do Governo ou do partido no poder, nós

não suspeitamos a ninguém em particular. Sabemos que o Canal tanto tem denunciado práticas incorrectas de partidos políticos, do Parlamento, de polícias mal comportados ou ligados ao crime, de criminosos já condenados, de líderes religiosos mafiosos, de empresários gananciosos e criminosos, de funcionários públicos corruptos e de tantos outros protagonistas nacionais ou estrangeiros de conduta duvidosa. Faz essas denúncias como o fazem outros jornais, não sendo de ânimo leve que se pode suspeitar um grupo em particular.

O que se exige doravante é que uma investigação feita com profissionalismo indique do rol dos suspeitos qual terá sido o mandante ou os mandantes e quais terão sido os executores desta operação, que mancha a imagem do País e de todos os moçambicanos de bem.

Em sociedades democráticas, os jornais, as rádios e televisões incomodam sim, mas para quem se sente incomodado, os Estados adoptaram formas civilizadas

para se dirimir os conflitos resultantes da actividade da comunicação social.

Os tribunais são a melhor via e o melhor lugar para quem se sente injuriado, caluniado ou mal referenciado na mídia. Os tribunais servem exactamente para fazer justiça a quem anda a prejudicar, comprovadamente, os cidadãos por via da Imprensa.

Os terroristas que atacaram o Canal de Moçambique deviam ter ido aos tribunais, caso os seus direitos estivessem a ser invadidos pelo jornal. Não é dinamitando um jornal que se repõe a honra e dignidade de pessoa ou instituição ofendida por um jornal. É através de competente processo judicial que se repõe os danos, de acordo com a Lei em vigor.

Lançar bombas contra jornais, rádios ou televisões só acontece em Estados violentos onde reina a Lei da bala, o que não parece ser a nossa República. Solidarizamo-nos com os colegas do Canal porque não merecem tanta violência assim.

A estória da espanhola que se apaixonou pelo matsua *(Conclusão)*



Estórias
Isaura Macedo Pinto
estorias.da.isaura@gmail.com

No início, ela tinha medo porque para a Europa, África era uma coisa desconhecida e que fazia medo. Nos primeiros meses só tive contacto com moçambicanos. Nessa altura, houve um naufrágio na Ilha de Moçambique, onde faleceu uma voluntária e uma freira espanhola, e umas 9 meninas de um lar de uma casa de uma congregação de irmãs espanholas da Ilha de Moçambique, as quais eu costumava visitar e onde sempre fui bem recebida e sempre as terei no meu coração. Nesse dia pediram a quem pudesse ajudar para ir e eu me ofereci logo. Foi a primeira vez que vi a morte de tão perto, impressionou-me muito, e sem-

pre as irei ter no meu coração.

Depois disso tive a minha primeira malária e depois dessa mais três. Durante esses meses junto com as irmãs onde estava hospedada, fiquei a tomar conta de dois meninos que nesses dias ficaram órfãos e sem ninguém que lhes estendesse uma mão para proteger e cuidá-los. Era um rapaz e uma menina, Avelino e Flora. Com a miúda criei laços muito especiais e custou-me muito quando, por decisão da família, teve que ir deixar a ela num lar em Quelimane. Durante um tempo, sempre que fosse possível tentava dar um salto a Quelimane para visitá-la e ver como ela estava e passear com ela juntas no parque que ficava em frente do lar. Fiquei apaixonada pela Ilha de Moçambique, o meu refúgio de paz e ao mesmo tempo diversão e

desligamento das semanas de trabalho em Nampula. Também em Inhambane, como Terra da Boa Gente” fica muito bem. Tem muita gente boa lá, além das praias maravilhosas. Tete sempre foi um desafio para mim. Sinto Tete muito diferente. Nos primeiros meses eu vim sozinha, assim não foi fácil para mim integrar-me. Vim de províncias com praia para uma província do interior. A minha gravidez quase toda foi aqui em Tete e sempre a trabalhar nos distritos. Depois de muitos anos foi interessante descobrir como um país tem culturas tão diferentes. É como se fosse uma união de pequenos países. Sinto que Tete está em crescimento contínuo. Eu gosto mais quando saio do meu escritório e vou para o mundo real dos distritos. Sempre fui uma apaixonada por teatro.

E foi assim que em Inhambane conheci o amor da minha vida. O meu marido sempre trabalhou em teatro e tenho pena que em todo Moçambique o teatro não esteja desenvolvido como em algumas províncias. Um artista de teatro tem que ter mais alguma coisa para fazer, senão dificilmente sobrevive, economicamente falando. Eu já não me sinto mais estrangeira. No papel tenho duas nacionalidades, a peruana e espanhola, mas no meu coração já me sinto também como moçambicana e sinto os problemas dos moçambicanos como se fossem meus problemas. Quem me ajuda a conhecer melhor o país e me orienta é o meu marido. Ele com a sua sensibilidade me ajuda a compreender certas vivências. Não podia ter tido melhor companheiro e camarada do que o meu marido. Fui a uma cerimó-

nia familiar relacionada com homenagem aos antepassados e eu não sou muito boa na cozinha, mas o meu marido logo me disse que ali eu não podia fugir porque as mulheres todas estavam na cozinha, e assim eu também fui ajudar no possível. Quando era preciso puxar água do poço eu também ia e ficavam todos a ver se eu conseguia. Quando eu terminava, todos batiam palmas felizes por eu ter conseguido. Não tenho nenhuma razão de queixa da família do meu marido. Sou tratada como um membro da família como qualquer outro. Concluindo, eu sinto-me feliz por ter esta minha nova terra que se chama Moçambique. É esta a minha estória Isaura.”

Obrigada Alba pela tua linda estória.

Email: albasardonestevez@gmail.com

opinião

Voz do Povo

Forças de Defesa e Segurança devem mudar estratégia de combate em Cabo Delgado



Tatiana do Rosário

O envolvimento de mercenários no combate aos insurgentes que têm protagonizado ataques armados em Cabo Delgado não está a resultar. É preciso que as Forças de Defesa e Segurança adotem um novo modelo de combate aos insurgentes para que se devolva a paz e tranquilidade naquela província.



Larícia Munguambe

Na resposta às incursões armadas no Norte de Moçambique é fundamental a cooperação da Tanzânia, país com o qual fazemos fronteira, embora os dois governos já tenham manifestado a intenção de concertar esforços para travar as incursões armadas na fronteira sem avançar pormenores sobre o modelo de cooperação que deverá ser adoptado.



João Fernando

Para que seja encontrada uma solução internacional que permita a Moçambique enfrentar os ataques terroristas em Cabo Delgado é importante desenhar novas estratégias de forma segura e pedir apoio à União Europeia, pois a luta contra o terrorismo e prevenção do extremismo violento têm sido prioridades da União Europeia.



Tomás Pelepele

Os relatos indicam que as Forças de Defesa e Segurança estão a tentar travar o inimigo em Cabo Delgado, mas não está a ser fácil porque os insurgentes já implantaram suas bases. Moçambique deve ter uma estratégia clara e equipamento capaz de conter e aniquilar o terrorismo que vem semeando luto, dor e deslocados.

Olhar fotográfico

Nilton Cumbe



PUBLICIDADE

MÚTIPLA SEGURANÇA

A nossa principal missão é zelar e proteger o seu património com profissionalismo, seriedade e personalização, fornecendo profissionais qualificados, hábeis e comprometidos com a execução das suas actividades, promovendo mais segurança aos clientes.



SOSSEGO E TRANQUILIDADE
SÓ COM **MÚTIPLA SEGURANÇA**

Nossos serviços



SEGURANÇA ESTÁTICA



Residências, Armazéns, Edifícios e Embaixadas

A Múltipla Segurança é especializada em serviços de segurança patrimonial, para clientes de pequenos, médios e grande porte. A empresa presta serviços em grandes Centros logísticos, Indústria, Transportadoras, Terminais Portuários, Farmacêutica, postos de Gasolina, Bancos e Condomínios.

FORÇA DE REACÇÃO RÁPIDA



A Múltipla Segurança tende a oferecer serviços de força de reacção rápida, visando responder a todas as urgências nos diferentes sectores, conforme a distribuição dos seus clientes com vista a reforçar os seus elementos de segurança, consoante as necessidades ou situações de riscos que poderão advir no terreno.

ESCOLTA DE BENS E MERCADORIAS

O serviço de ESCOLTA ARMADA tem carácter PREVENTIVO, ou seja, a sua execução deve obedecer a critérios que dificultem ao extremo a acção dos criminosos, desencorajando-os, evitando qualquer tipo de confronto que exponha ao risco o ESCOLTADO e os ESCOLTISTAS, além de terceiros que nada tenham a ver com a operação.



MONITORIA DE SISTEMAS ELECTRÓNICOS

A Múltipla Segurança oferece soluções personalizadas e inteligentes em segurança electrónica. O nosso corpo técnico é composto por engenheiros e profissionais capacitados para oferecer soluções que atendam a todas as normas e exigências técnicas e legais.



CONSULTORIA

Relacionada com assuntos de segurança

Desenvolvemos e viabilizamos projectos de segurança de acordo com as necessidades específicas de cada cliente, através de investigação, identificação, estudo e solução de problemas gerais e parciais, relacionados à legalização, estrutura, ao funcionamento e à administração das actividades de segurança privada.



SEGURANÇA PESSOAL

Escolta com Guarda-Costas, Acompanhamento

Segurança Pessoal para a Múltipla Segurança significa um conjunto de medidas preventivas que minimizam os riscos ou ameaças, cada vez mais frequentes nos grandes centros, aos quais estão expostos os VIPs. Seja no âmbito pessoal, nas dependências da empresa ou em roteiros habituais oferece aos empresários, executivos e seus familiares esquemas de prevenção para sequestro, roubos, furtos, assaltos, extorsões e outras formas de violência urbana.



TRANSPORTE DE VALORES

A Múltipla Segurança tem noção da exigência de segurança respeitante ao transporte e manuseamento de valores, assim como de nível de risco que estas tarefas representam para qualquer empresa, seja qual for o ramo de actividade, dimensão ou serviço.



Estamos no Alto-Maé, Rua Lucas Luali n° 501,
Maputo – Moçambique
Contactos: 21 401025 ou 84 6364734

Covid-19: ONU pede 103 milhões de dólares para Moçambique

As Nações Unidas (ONU) defenderam a necessidade de garantir um financiamento de mais de 100 milhões de dólares para ajudar os moçambicanos a lidarem com o impacto da pandemia da covid-19 e a insegurança no norte do país. A ONU e a comunidade humanitária lançaram dois apelos: o Apelo Rápido Covid-19 e o Plano de Resposta Rápida para Cabo Delgado.



Foto: Jornal Domingo

Primeira-dama oferece 50 toneladas de produtos a deslocados

A primeira-dama Moçambicana, Isaura Nyusi, ofereceu 50 toneladas de diversos produtos a um centro de acolhimento de deslocados devido à violência armada em Cabo Delgado, no norte de Moçambique.

Tendo em conta a situação dos deslocados, “o apoio é insuficiente”, mas espera-se que “minimize o sofrimento” daquelas pessoas, disse Isaura Nyusi, no âmbito da visita que realiza àquela província do norte de Moçambique.”

O apoio, em produtos alimentares e de higiene, foi entregue ao centro de acolhimento 03 de Fevereiro, no distrito de Metuge, em Cabo Delgado e que alberga cerca de três mil deslocados, na sua maioria mulheres e crianças.

Durante a visita ao centro, a primeira-dama pediu que as famílias mantenham a esperança, pois “apesar do sofrimento, melhores dias virão.”

“O Governo está a trabalhar para repor a segurança e garantir o regresso às vossas casas e normalização das vossas vidas, por isso pedimos que tenham esperança, este problema um dia vai passar”, disse.

A capital provincial, Pemba, tem sido o principal refúgio para as pessoas que procuram abrigo e segurança em Cabo Delgado, mas há quem prefira fugir para outros distritos e até províncias da região, com destaque para Nampula.

A violência armada em Cabo Delgado, província onde avança o maior investimento privado para a exploração de gás natural em África (liderado pela Total), já causou a morte de, pelo menos, 1.059 pessoas em quase três anos, além da destruição de várias infra-estruturas.

De acordo com as Nações Unidas, a violência armada levou à fuga de 250 mil pessoas de distritos afectados pela insegurança, mais a norte da província. **AP**

Tribunais anulam pagamentos a 100 por cento

A Grandeur International School foi ordenada pela 3ª Secção do Tribunal Judicial da Cidade de Maputo a abster-se de cobrar mais do que 50 por cento das propinas, com efeitos a partir da data da suspensão oficial das aulas presenciais, que coincide com o início da vigência do estado de emergência. Esta é a terceira instituição de ensino conhecida pelo MAGAZINE que perde com os encarregados de educação, que rejeitam a continuação do enriquecimento de instituições quando todos são afectados pela crise criada pela Covid-19.

Nelson Mucandze

O Tribunal não só reduziu as propinas, como também ordenou que a Grandeur International School deve abster-se de bloquear ou impedir o acesso às plataformas de ensino online adoptadas por esta instituição durante o processo de ensino e aprendizagem aos estudantes que não efectuaram e não efectuam o pagamento da taxa decidida unilateralmente por esta instituição. Deve ainda deixar de “cobrar taxas ou multas ou quaisquer medidas punitivas aos estudantes em mora, com efeitos a partir da data da suspensão oficial das aulas presenciais, que coincide com o início da vigência do estado de emergência, enquanto durar a suspensão das aulas presenciais”. Esta é a terceira instituição do ensino a perder em Tribunal, depois de tomar unilateralmente decisões que prejudicavam os encarregados dos seus formandos. Antes foi o Tribunal Judicial de Kampfumo que ordenou que o Instituto Nília devia reduzir as propinas em 50 por cento, com efeitos desde a decretação do estado de



emergência até ao seu fim.

A outra instituição que se viu na mesma situação foi a Willow International School, que foi ordenada pela 4ª Secção do Tribunal Judicial da Cidade de Maputo a abster-se de cobrar mais de 50 por cento do valor da propina.

Sobre a Grandeur International School, na providência cautelar que esta Redacção teve acesso o Tribunal argumenta que a cobrança de propinas nos moldes feitos por aquela instituição de ensino, sem acordo com os pais e a sua posição irredutível em fixar o correspondente valor da contraprestação pelos serviços prestados na proporção de 75 por cento, é por si só não só um indicativo do esgotamento da possibilidade de auto-composição do diferendo pelas partes, justificando, outrossim, a intervenção do Tribunal para regular e equilibrar os interesses em causa, como constitui um desequilíbrio na relação contratual, visto que os requerentes clamam por estar a sofrer prejuízos de vária ordem, receando que o decurso do tempo os agrave e os torne dificilmente reparáveis.

“Não há dúvidas que as condições contratuais em que as partes se vincularam se alteraram por conta da pandemia da Covid-19. De igual modo, não há dúvidas que as partes concordam que as circunstâncias em que fundaram a decisão de contratar alteraram-se, assumindo tal situação na correspondência que trocaram, sendo de domínio geral que as manifestações e o impacto da pandemia eram imprevisíveis para a humanidade”, observa o Tribunal.

Adiante, compreende o Tribunal que o estado de emergência ora decretado tem carácter temporário. Assim,

ocorrendo a impossibilidade temporária de a requerida prestar aulas presenciais, por força de norma jurídica, ou, revelando-se parcial a impossibilidade, uma vez haverem acordado as partes na continuidade das aulas através de meios digitais, a solução indicada pela ordem jurídica pode ser uma das três: a modificação do contrato, com base no mecanismo previsto no artigo 437, relativo à alteração das circunstâncias; a renegociação do contrato ao

abrigo do princípio da boa-fé, previsto no n.º 2 do artigo 762, ou a redução proporcional do preço convencionado, em virtude da impossibilidade parcial do artigo 793.

“Se atentarmos ao carácter global do impacto da Covid-19, da suspensão das aulas presenciais e do estado de emergência na base da qual foi decretado, perceber-se-á que se alteraram os parâmetros de coexistência e de convivência social”, lê-se na interpretação do Tribunal, que adiante observa que os factos devem, por isso mesmo, ser encarados do ponto de vista jurídico que a todos os sujeitos de negócios jurídicos afecta, pelo que nenhum sujeito dum contrato deve eximir-se dos riscos a ele associados à custa de outro, ou em prejuízo de outro, impondo-se que haja, pois, um meio-termo. E este meio-termo foi a decisão tomada.

Cidade de Maputo com quase metade de casos activos de Covid-19 e maior número de óbitos

A cidade de Maputo conta actualmente com 904 casos activos de Covid-19, num universo de 3.440 casos activos a nível nacional, o que significa que a capital do país possui o maior número de casos activos, sendo a província com maior número de óbitos devido à Covid-19, com 9 mortos. Entretanto, ontem foi anunciado mais um morto vítima de coronavírus, um homem de 54 anos de idade que vivia na cidade de Maputo.

O país registou o menor número de casos positivos nas últimas duas semanas por infecção pelo coronavírus, com 45 casos activos, todos de nacionalidade moçambicana, sendo que 44 são de transmissão local e um importado.

Dos testados nas últimas 24 horas, dos 1016 casos suspeitos 971 acusaram negativo para o coronavírus e 45 positivos.

Nas últimas 24 horas, a cidade de Maputo testou 12 casos, destes, nove resultam de vigilância nas unidades sanitárias e três casos resultam do rastreio de contactos de casos positivos. Desta

feita, a capital do país conta com 904 casos activos de Covid-19 e com 09 óbitos, num universo de 21 mortos.

Em relação ao óbito reportado ontem devido à infecção pelo novo coronavírus, trata-se de um homem de 54 anos de idade que deu entrada no Hospital Central de Maputo no dia 20 de Agosto de 2020 com um quadro de doença crónica e doença respiratória graves. Este paciente não registou melhorias e foi declarado óbito no dia seguinte ao internamento, tendo sido testado para o SARS Cov2 no dia da sua admissão e o resultado saiu positivo no dia 23 de Agosto.

Moçambique conta actualmente com 21 óbitos devido à Covid-19 e quatro óbitos por outras causas.

Contudo, neste momento o país conta com 1.754 casos activos da Covid-19, distribuídos pelas províncias do Niassa 12, Cabo Delgado 190, Nampula 249, Zambézia 2, Tete 8, Manica 48, Sofala 57, Inhambane 34, Gaza 8, província de Maputo 242 e cidade de Maputo 904. **Redacção**

Graça Machel defende diversificação de vozes no Parlamento

A activista social Graça Machel defende que é preciso repensar nas leis eleitorais, com vista a garantir uma participação cada vez mais ampla de todos os sectores da sociedade. No seu entender, esta lei deve permitir que as organizações da Sociedade Civil apresentem candidatos ao Parlamento como forma de diversificar as vozes parlamentares, em função dos assuntos e não das agendas partidárias.



Parlamento”, disse Graça Machel.

Para a activista social, esta situação iria dar mais liberdade aos parlamentares e estes não estariam presos à

disciplina partidária, onde muitas vezes, ainda que a ideia seja boa, mas se não vai de encontro com a maioria do grupo a opinião não pode ser apresentada

no Parlamento.

Porém, segundo a fonte, se for uma pessoa que tenha sido eleita na base de uma agenda clara a situação é contrária.

Sobre a participação qualitativa no Parlamento, a activista social é da opinião de que é fundamental que depois de eleitos, os deputados devem participar de treinamentos de modo a que compreendam a importância de desenho de políticas feministas dentro do Parlamento. Este posicionamento tem como fundamento o facto de terem sido poucas as vezes em que foram de-

batidos assuntos de defesa dos direitos das mulheres levantados ao nível do Parlamento.

“Lembro-me que os assuntos que foram debatidos no Parlamento, no âmbito da defesa dos direitos das mulheres, foi quando um grupo de organização civil fez lobbies para se adoptar tais leis, por exemplo a Lei das uniões prematuras”, disse.

Graça Machel acrescentou que os parlamentares devem ser treinados de modo a saber que estão ali não para defender interesses dos partidos políticos, mas sim os interesses dos cidadãos.

Aida Matsinhe

PNUD e GREPOC aceleram actividades de recuperação económica pós-ciclones em Cabo Delgado

Falando num debate subordinado ao tema “Participação Política das Mulheres e a Consolidação da Democracia no Contexto da Covid-19 em África”, organizado pelo EISA Moçambique, a activista social primeiro trouxe um panorama geral da luta da mulher e disse que a mulher luta há já muito tempo pelo seu direito à participação política e o próprio voto nem sempre lhe foi garantido, mas embora do ponto de vista numérico a situação seja boa ainda há muito que considerar.

No tocante ao debate ao nível do Parlamento sobre os direitos das mulheres, Graça Machel defende que é preciso repensar nas leis eleitorais, no sentido de garantir uma participação cada vez mais ampla em todos os sectores da sociedade. E esta lei deve permitir que as organizações da Sociedade Civil possam apresentar os seus candidatos para o Parlamento”.

“Se tivermos pessoas eleitas pela Sociedade Civil provavelmente teremos vozes independentes que irão depender da maneira como estes se apresentam e os assuntos que gostariam que o Parlamento abordasse e resolvesse. Não seria uma presença automática, teria que se apresentar como candidato na base de uma clara apresentação de assuntos que sejam cruciais para que sejam tratadas pelo

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD/UNDP) e o Gabinete de Reconstrução Pós-Ciclones (GREPOC) iniciaram actividades para acelerar a recuperação económica das famílias afectadas pelo Ciclone Kenneth em Cabo Delgado. As acções ocorrem no âmbito do Programa Mecanismo de Recuperação (MRF) e contarão com a parceria de cinco ONGs já estabelecidas na Província e nos Governos Distritais, com recursos financiados pelos doadores do MRF – União Europeia, Canadá, China, Finlândia, Holanda, Índia, Noruega – estimados em 81 milhões de meticais (aproximadamente US\$ 1,2 milhões). As acções estão a ser programadas em coordenação com as autoridades distritais para que a implementação ocorra até o final de 2020.

Elas beneficiarão 15,640 famílias com actividades de geração de renda visando a recuperação resiliente dos meios de subsistência das populações mais vulneráveis dos Distritos de Metuge, Ibo e Pemba, muitas das quais deslocadas internamente depois do Ciclone Kenneth e do recente conflito armado nos Distritos do Norte (Macomia, Quissanga e Ibo).

“Para acelerar a efectiva recuperação económica das famílias no presente ano é muito importante dar celeridade às actividades e ter em conta as boas práticas e estratégias conjuntas de implementação. O impacto e resultados também têm de ser visíveis para que as

peças beneficiadas aumentem o seu engajamento, mesmo em tempos difíceis”, afirmou Iva Langa, Coordenadora do GREPOC na Região Norte, frisando que “a selecção das famílias elegíveis será um aspecto-chave para garantir o sucesso das intervenções”.

Para Zefanias Chitsungo, coordenador do GREPOR, “esta primeira fase de acções contará com a enorme colaboração e experiência dos parceiros a operar no terreno para garantir que as actividades, que ocorrem no âmbito do Mecanismo de Recuperação, programa de cinco anos estabelecido pelo PNUD e pelo Governo de Moçambique, sejam sustentáveis”. Anotou que “é importante frisar que as famílias beneficiadas de que estamos a falar são aquelas mais vulneráveis deslocadas de regiões como Quissanga, Macomia e Ibo”. Aquele representante do GREPOC fez ainda um apelo às autoridades distritais para que o processo e a implementação dos projectos sejam feitos com engajamento dos beneficiários e apontou para a necessidade de ajustar os planos apresentados pelas ONGs às reais necessidades das comunidades.

Por seu turno, Ghulam Sherani, coordenador do programa Mecanismo de Recuperação do PNUD, “as actividades do Mecanismo de Recuperação estão a ser implementados com sucesso na Província de Sofala desde Setembro de 2019. Elas têm um impacto positivo na vida das comunidades mais

vulneráveis, como no caso das que vivem no Bairro de Reassentamento de Mutua, Distrito de Dondo”.



Acrescentou que “as acções planificadas centram-se nas pessoas e são lideradas por elas, ou seja, as actividades serão realizadas de acordo com a prioridade e as necessidades das pessoas e comunidades afectadas, pois são elas que sabem o que perderam e o que pretendem adotar como seu meio de subsistência e fonte de renda”.

Na mesma senda, o Secretário de Estado da província de Cabo Delgado, Armindo Ngunga, saudou a iniciativa referindo que ela reflecte-se no esforço do Governo e dos parceiros de apoiar as populações mais necessitadas nesta parcela do País. “Contamos com o PNUD e com o GREPOC, pois estamos abertos e dispostos para tudo o quanto for necessário ao nosso alcance para intervir como Governo. Não nos esqueçamos das famílias deslocadas, pois elas são as que se encontram em situação de maior vulnerabilidade”, declarou Ngunga, durante uma reunião de cortesia sobre o Programa.

Em Sofala, província mais afectada pelo Ciclone Idai, outras

37.503 famílias estão a receber apoio por meio de intervenções para recuperação dos meios de subsistência e empoderamento

económico. Um total de 53.143 famílias será apoiada em Cabo Delgado e Sofala em 2020, com um orçamento estimado em 4.3 milhões de dólares.

O Mecanismo de Recuperação de Moçambique é o resultado de longos e desafiadores esforços de resposta e recuperação pós-ciclones do Governo de Moçambique e dos seus parceiros internacionais. A visão que o PNUD tem sobre o programa de recuperação de ciclones em Moçambique está centrada no desenvolvimento e promoção de resiliência. Para concretizar essa visão, o PNUD estabeleceu, em parceria com o Governo de Moçambique, o Mecanismo de Recuperação – orçado em 72,2 milhões de dólares com fundos da União Europeia, Canadá, China, Índia, Finlândia, Holanda e Noruega, para ser implementado ao longo de cinco anos. O MRF possui actividades de recuperação de curto e longo prazo, ao mesmo tempo em que busca abordar a vulnerabilidade e criar resiliência da população a futuros desastres.

Augusto Pelembe: Fui vítima das guerrinhas internas do partido Frelimo

Volvidos 11 meses após sofrer um atentado contra a sua vida, o ex-cabeça de lista a governador da província de Maputo pelo Movimento Democrático de Moçambique (MDM), Augusto Pelembe, contou ao MAGAZINE que a Polícia nunca mais o contactou, após meter queixa contra os atiradores. Ademais, Pelembe não tem informações sobre o estágio das investigações. "Fui vítima das guerrinhas internas do partido Frelimo", anotou Pelembe durante a entrevista concedida ao MAGAZINE Independente.

Neuton Langa

Numa entrevista há seis meses, o presidente do MDM, Daviz Simango, disse que o partido por ele dirigido estava doente. Na sua opinião, actualmente como o MDM está de saúde?

- Na minha opinião, o MDM está bem de saúde e recomenda-se. Sinto que estamos num bom caminho porque somos a terceira maior força política no país, com assento na Assembleia da República e há 11 anos que o MDM tem assento após a sua fundação. Estamos cada vez mais consolidados. Olha, não foi fácil nos consolidarmos perante a Frelimo e a Renamo. É preciso reconhecer que o partido teve momentos de clivagens internas, mas isso faz parte do crescimento de qualquer formação política. Actualmente conseguimos ultrapassar essa situação e estamos mais firmes e coesos, com pretensões cada vez mais fortes de chegar ao po-



der.

Augusto Pelembe foi candidato a governador da província de Maputo pelo MDM, tendo perdido a eleição para Júlio Paruque. Qual é a avaliação que faz do desempenho de Júlio Paruque nestes sete meses de governação?

- É complicado avaliar o desempenho de Paruque, apesar de ele me ter convidado para o seu gabinete de trabalho para interagirmos e apresentar as minhas ideias de governação. Mas senti um pouco de tristeza de Paruque porque neste ciclo de governação ainda não tem uma legislação clara das atribuições ou funções que deva desempenhar. Aliás, a legislação ainda está a ser elaborada enquanto decorre a governação, isto é, com a falta de dispositivos legais é complicado dirigir uma província

com oito distritos, aliado à pandemia da Covid-19 que praticamente retraiu todo o investimento previsto. É impossível fazer algo pela província de Maputo.

Qual é a sua opinião em relação à figura de Secretário de Estado na província?

- A figura de Secretário de Estado é fruto das más políticas de governação do partido Frelimo, porque não faz sentido termos um Secretário de Estado na província. Na minha opinião, isto significa um desperício do erário público, uma sobrecarga aos cofres do Estado.

Olha, o governador foi eleito pelo povo, o povo tem o direito de exigir as melhores condições ao governador e não ao Secretário de Estado, que é uma espécie de vigia das acções do governador. O Secretário de Estado não deveria existir em nenhum momento porque as mes-

mas direcções sob sua tutela são similares das do Governo provincial, exceptuando as direcções provinciais das obras públicas e do trabalho que foram transformadas em delegações provinciais e a sua subordinação ao Secretário do Estado. Agora pergunto o que trouxe de novo o Secretário de Estado? Qual é a mais-valia que trouxeram para o desenvolvimento da província? Portanto, esta coisa de Secretaria de Estado foi a forma encontrada pela Frelimo para acomodar os seus quadros.

Na sua óptica, existe um trabalho coordenado entre a Secretaria de Estado e o Governo provincial, ou seja, o trabalho de Paruque e de Vitória Diogo é coordenado?

- Não tenho muito conhecimento para elaborar sobre o assunto.

Aquando da campanha eleitoral, Augusto Pelembe sofreu um atentado a tiro na Estrada Nacional número 1, a caminho do distrito da Manhica. Já são conhecidos os autores do atentado?

- Ainda não sei quem atentou contra a minha vida. Sabes, desde a tarde do dia 11 de Outubro de 2019, após o atentado, a Polícia nunca me contactou. Conversei com algumas pessoas dentro do Comando Provincial da Polícia da República de Moçambique (PRM), que me avançaram que o atentado é fruto de conflito interno no partido Frelimo, isto é, para sujar-se entre alas protagonizavam atentados, bem como sequestros contra alguns membros da oposição que representavam alguma ameaça ao partido Frelimo. Em termos de solução desse problema, nunca tive até aos dias que correm. Não existe nenhum auto policial, tentei seguir, mas até hoje não tive nenhum desfecho.

Esquecendo a informação que obteve no Comando Provincial, digam-nos qual seria a motivação ao ponto de tentarem matá-lo?

- Também gostaria de saber. Mas continuo a acreditar nas minhas fontes no Comando que me disseram que aquele atentado é resultante de guerra interna entre alas do partido Frelimo e não outra coisa.

Este atentado terá o amedrontado ao ponto de pensar em sair da arena política nacional?

- Sim. Cheguei a pensar em abandonar a política. Mas a causa que me levou a fazer política diz-me que devo continuar a lutar por um Moçambique para todos.

Moçambique e o mundo em geral enfrentam a pandemia da Covid-19. Qual a sua opinião em relação à



renovação do Estado de Emergência?

- O que posso adiantar é que está claro quando o legislador decretou que o Estado de Emergência só poderia ser prorrogado por três vezes e não abria espaço para uma quarta prorrogação com as mesmas medidas das an-

teriores três prorrogações do Estado de Emergência. Mas reconheço que não existe regra sem excepção olhando para o crescente número de casos activos de Covid-19. Houve a necessidade de se tomar algumas medidas, apesar de drásticas e estranhas, de modo a preservar um bem maior que é a vida.

O que o MDM está a fazer, ao nível da província de Maputo, para conter o número de infecções pela Covid-19?

- O MDM já distribuiu 500 cestas básicas a famílias vulneráveis dos distritos da Moamba, na cidade da Ma-

tola, nos três postos administrativos; na Manhiça e Boane. Neste momento também estamos a preparar mais 500 cestas básicas para distribuímos pelos distritos de Namaacha, Magude e Matutuine. Distribuimos também oito mil máscaras de protecção da Covid-19.

Acredita que esta seja a altura de voltarmos às aulas, olhando para a qualidade dos sanitários e falta de salas em algumas universidades públicas?

- É um pouco complicado porque temos que aceitar que há Covid-19, devemos aprender a conviver com este vírus, que não será ultrapassado num espaço de tempo curto. Agora, o Presidente da República escolheu o dia 18 de Agosto para o retorno das aulas, quero acreditar que as Universidades e os Institutos Técnico-Profissionais têm desde já a oportunidade de terminar a reabilitação das casas de banho, estudar o modelo em que os estudantes estarão colocados nas salas de aula e criar condições de higienização das mãos. Devo aceitar que o estudante da Universidade tem a consciência dos efeitos nefastos dessa pandemia e quero acreditar que tudo vai correr bem. Aliás, se hoje conseguimos abrir as empresas e ter o pessoal técnico a trabalhar respeitando as medidas de prevenção, quero acreditar que nas Universidades os estudantes também vão seguir os mesmos procedimentos.

Subsídio Social Básico chega aos beneficiários da delegação da Matola

Depois de sete meses sem receber o Subsídio Social Básico, situação que não só colocava em risco a vida dos beneficiários, que dada a pandemia da Covid-19 não têm como continuar a desenvolver os seus pequenos negócios, os beneficiários inscritos na Delegação do INAS de Maputo-Província voltam a receber o seu benefício.

Ao nível da província de Maputo, o Instituto Nacional de Acção Social (INAS) é responsável pela implementação dos seus programas em oito distritos, onde sete meses depois os beneficiários do Subsídio Social Básico só voltaram a ter este benefício na semana finda, depois de muito tempo de incertezas.

Segundo os beneficiários, durante os sete meses viviam desenrascando, pois estes dependem deste benefício para ter o pão na mesa. Muitos tiveram que recorrer a pequenos empréstimos ao nível daquela comunidade e/ou fazer dívidas em pequenos estabelecimentos locais e os que tinham pequenos negócios se viram obriga-

dos a parar de desenvolver as suas actividades, contando apenas com dias incertos.

Depois de sete meses sem receber o Subsídio Social Básico a chama de esperança renasceu na vida de Rosa Muianga, beneficiária do Programa Subsídio Social Básico (PSSB), residente na comunidade de Massaca 1, distrito de Boane, província de Maputo.

Segundo soubemos, Rosa vive com o seu filho Salvador, de 40 anos de idade, também beneficiário do PSSB.

Salvador ficou deficiente físico há 10 anos, por causa de um atropelamento que sofreu de um veículo automóvel. Esta família vive numa situação de extrema vulnerabilidade e somente conta com o Subsídio Social Básico para a sua sobrevivência.

Vários são os dias que Salvador e sua mãe passam na incerteza do que vão comer no dia seguinte. “Eu tenho que pagar 200 meticais no local onde acarreto água, quando não tenho este dinheiro percorro quilómetros até ao rio para



ter água, aliás, isso aconteceu nestes meses em que fiquei sem receber o subsídio”, disse Rosa. Rosa e seu filho vivem numa casa improvisada de chapas de zinco e quando chove as dificuldades são acrescidas nesta casa onde quase tudo rareia, sendo que as condições sanitárias deixam muito a desejar. A acção consistiu no pagamento deste benefício social com a entrega de máscaras e material de higiene a estas famílias que vivem em situação de vulnerabilidade, num trabalho levado a cabo pela Plataforma da Sociedade Civil Moçambicana para a Protecção Social. A acção visa dar azo às orientações emanadas da Organização Mundial da Saúde (OMS),

que em tempos de Covid-19 recomenda medidas como a lavagem constante das mãos com água, sabão ou cinza, porém, várias são as pessoas nesta comunidade sem capacidade para obter esses meios de prevenção. “Neste sentido, a PSCM-PS, com o apoio da União Europeia, através do Programa aos Actores Não-Estatais (PAN-NE II), e a Oxfam, através do Programa Agir, financiado pela Embaixada da Suécia, nas suas acções de combate à propagação do coronavírus procedeu à distribuição de kits de higienização e protecção contra a Covid-19 (máscaras e caixas de sabão) aos beneficiários do PSSB da comunidade de Massaca, bem como a distribuição

de viseiras e máscaras para técnicos do Instituto Nacional de Acção Social - Delegação Provincial de Maputo”, disse o director executivo, Sérgio Falange.

Falange defendeu na ocasião a necessidade de haver uma coordenação entre os vários sectores do Governo para tornar a assistência social mais adequada para os beneficiários, principalmente neste período da pandemia do coronavírus.

Os atrasos no pagamento que se têm verificado, um pouco por todo o país, contrastam com o estabelecido na Estratégia Nacional de Segurança Social Básica (ENSSB) 2016-2024, que reitera o compromisso do Governo de Moçambique nos esforços para a materialização de iniciativas de desenvolvimento económico e social inclusivo, de modo que os resultados do crescimento económico beneficiem a todos os moçambicanos, sobretudo os que vivem em situação de pobreza e vulnerabilidade.

Aida Matsinhe

english

LAM resumes scheduled flights to Lisbon

Mozambique Airlines (LAM) resumes weekly flights between Maputo and Lisbon on Tuesday. The flights will use an Airbus A330-300 leased from the Portuguese company Hi-fly. The plane can carry 270 passengers.

**Misa condemns attack on independent weekly**

The Mozambican chapter of the regional press freedom body, MISA (Media Institute of Southern Africa), has strongly condemned the arson attack against the premises of the independent weekly “Canal de Mocambique”. The arsonists attacked shortly after 20.00 on Sunday night, and left the paper’s offices a smouldering ruin.

MISA-Mozambique, describing the attack as “barbaric and cowardly”, said it should be seen “in the context of an overall strategy set in motion by the most backward forces in our society to overturn democracy in Mozambique by shaking the pillars that sustain it”.

In a Monday press release, MISA warns that “there can never be democracy in a society where the institutions of freedom of expression and freedom of the press are the victims of systematic intimidation and threats”.

The criminals were completely pitiless, MISA adds, since their arson also threatened the lives and property of people living in the same building as the “Canal de Mocambique” offices.

The freedoms of expression and of the press are enshrined in the Mozambican constitution, MISA points out, yet they are regularly violated, and those responsible for these violations are not held responsible for their acts.

“The regularity and impunity with which these acts have been occurring may suggest that the criminals have strong links with important sectors in the state hierarchy”, adds MISA.

MISA demands that the authorities clear up this crime as quickly as possible, with exemplary punishment of those responsible, and should “take the necessary measures to ensure that identical cases never happen again”.

The European Union ambassador to Mozambique, Antonio Sanchez-Benedito Gaspar, took to Twitter to express his outrage at the attack. He tweeted his “great concern” at the arson, and declared his solidarity with the “Canal de Mocambique” management and work force. *AIM*

Offices of weekly paper set Ablaze



Unknown assailants on Sunday night set fire to the Maputo offices of the independent weekly paper “Canal de Mocambique” and the online daily “Canalmoz”.

The damage was almost total. When a crew from the independent television station STV visited the premises, on Avenida Maguigwana, in central Maputo, all the furniture, computers, television sets and other equipment had been reduced to ashes and scrap metal. Parts of the ruined offices were still smouldering.

The offices share a building with several residential flats, and it was their occupants who



sounded the alarm and called the fire brigade. The flames were doused before the fire could spread to other parts of the building.

The Executive Editor of “Canal de Mocambique”, Matias Guente, told STV that inside the gutted offices remains of homemade bombs and jerry cans of fuel were found. He had no doubt that the offices had been targeted by arsonists.

Asked why the paper should have been attacked, Guente

said he assumed it was because of its editorial line. “Canal de Mocambique” is fiercely critical of the Mozambican government and the ruling Frelimo Party. “Lots of people are not pleased with what we write”, said Guente.

His immediate concern was to ensure that this week’s issue of the paper hits the streets on Wednesday. Guente said that the shareholders of the paper’s parent company will meet later on Monday to discuss its future.

But Guente, who described the arson as “an assault against press freedom”, was determined that “we shall not stop”.

The oldest independent media company in the country, Mediacoop, which owns the weekly paper “Savana” and the daily newsheet “Mediafax”, has offered its full support to “Canal de Mocambique”.

Thus this week’s issue of “Ca-

nal de Mocambique” will be published from the Mediacoop premises. Mediacoop chairperson Fernando Lima told STV that this support will continue for as long as “Canal de Mocambique” is without its own offices.

Lima blamed the attack on “the most conservative and reactionary elements” in the Frelimo Party.

This is the second attack against “Canal de Mocambique” in less than a year. On

31 December 2019 Guente narrowly escaped a kidnap attempt.

According to a source in the paper, three unidentified assailants attacked Guente in the inner Maputo neighbourhood of Alto Mae, and attempted to drag him into their car. The men carried firearms, baseball bats and golf clubs.

But Guente put up a fight. Although injured, he was able to escape to a nearby workshop. Passers-by who saw what was going on called for help, and

the would-be kidnappers fled the scene. Guente received medical care at a private clinic.

The attempt to snatch Matias Guente from a busy Maputo street inevitably recalls the successful kidnappings of Jose Macuane in May 2016 and of Ericino de Salema in March 2019. Both were political commentators on STV. They were shot, beaten and severely injured, but survived. Nobody has ever been arrested in connection with the Macuane and Salema kidnappings. *AIM*

Prinvest loses appeal over Mozambique debts in London

The Abu Dhabi based group Prinvest, and its owner, Lebanese businessman Iskandar Safa, have lost their appeal in the London High Court which sought a delay in the proceedings over the scandal of what have become known as Mozambique’s “secret debts”, according to a report by the independent television station STV.

The “secret debts” refers to illicit loans of over two billion US dollars which the banks Credit Suisse and VTB of Russia granted in 2013 and 2014 to three fraudulent security-related companies, Proindicus, Ematum (Mozambique Tuna Company) and MAM (Mozambique Asset Management).

Despite the failure to undertake any proper due diligence of the three companies, the banks granted the loans, largely because the government of the day, under the then President, Armando Guebuza, signed illicit loan guarantees. The guarantees violated the budget laws of 2013 and 2014, and the Mozambican constitution.

Prinvest became the sole contractor for the three companies, and sold them equipment at vastly inflated prices, as was discovered when an independent audit was held in 2017.

The secret debt contracts are adjudicated in the London High Court, and in

2019 Mozambique began proceedings claiming that the supply contracts were one-sided and amounted to “shams” or “instrument of fraud” and that bribes were paid to certain officials and individuals in Mozambique, and the lead salesman and negotiator of Prinvest.

Mozambique claimed that there was a conspiracy to render it liable under the guarantees and that Prinvest and Credit Suisse were liable for damages for that conspiracy.

The Mozambican state, through the Attorney-General’s Office (PGR) has started suits against Credit Suisse, and against members of that bank’s negotiating team, Andrew Pearse, Detelvina Subeva and Surjan Singh, who all testified in the United States that they had received bribes from Prinvest. Also named in the suits are entities of the Prinvest group, and Iskandar Safa.

Prinvest had applied to the London court to delay proceedings in order to allow for arbitration in Swiss courts. This has now been turned down and a new hearing has been set in London for January 2021.

The purpose of the PGR’s suits is to remove all responsibility for the debts from the Mozambican state, and to seek compensation or the losses incurred so far. *AIM*



Marcas em Movimento

Nacala Logistics assegura emprego numa conjuntura de desafios



Numa altura em que o mundo passa por grandes transformações devido à pandemia de Covid-19, a Nacala Logistics adaptou-se também aos desafios impostos pelo novo coronavírus de forma a proteger os postos de trabalho. Os resultados operacionais e financeiros do 2º trimestre demonstram precisamente o impacto que a Covid-19 teve na empresa.

No 2º trimestre de 2020, a Nacala Logistics registou uma redução de produção nos dois negócios da empresa: transporte de carvão e transporte de carga geral. Nas operações de carvão, a redução da produção deveu-se à me-

nor oferta de produto para transportar e embarcar, face às restrições dos mercados internacionais resultado da pandemia de Covid-19.

Durante o mesmo período, o transporte de carvão situou-se em 1.288 mil toneladas. Representando uma redução na ordem dos 48% em relação ao mesmo período do ano passado.

No que se refere ao embarque de carvão, a produção atingiu 1.347 mil toneladas, tendo-se verificado uma baixa comparativamente a igual período de 2019 de 40%.

O resultado líquido fechou em deficit de 23 milhões de dólares no segundo trimestre de 2020. Este resultado advém, principalmente, da perda de receita em função da redução do volume tanto no transporte de carvão quanto no transporte de carga geral no período.

O administrador financeiro da Nacala Logistics, Bernardo Mattar, disse durante a divulgação dos resultados que a empresa está a aproveitar este momento desafiador como uma oportunidade para se fortalecer.

AdeM lança projecto para gerar emprego e renda

A empresa Águas da Região de Maputo (AdeM) lançou, recentemente, no distrito Municipal KaMaxaquene, na cidade de Maputo, um projecto-piloto que vai gerar emprego e renda para jovens e secretários de bairro envolvidos no processo de sensibilização dos clientes para pagamento de facturas de água.

Denominado “Projecto Cobrança Com Envolvimento das Comunidades”, a iniciativa visa sensibilizar as comunidades no processo de pagamento de facturas, envolvendo as autoridades locais em coordenação com as áreas operacionais da empresa, encurtando a distância na hora de se deslocar às Lojas de Atendimento, por um lado e por outro, levar a empresa ao encontro das comunidades.

O presidente de Conselho de Administração (PCA) da AdeM, Elias Machava, disse na sua intervenção, durante a cerimónia de lançamento, que o projecto vai trazer melhorias nas condições de vida das comunidades, criando oportunidades de emprego para os jovens, em resposta a um dos objectivos do Governo, que é o



da criação e geração de renda.

“Este projecto tem por objectivo criar condições para que haja uma maior aproximação dos serviços às comunidades, isto é, assegurar a participação das comunidades na prestação de serviços. Este é um projecto que vai envolver as secretarias dos bairros”, explicou Elias Machava.

Por sua vez, Domingas de Sousa, vereadora do distrito Municipal KaMaxaquene, referiu que o projecto é importante para o seu distrito na medida em que vai de forma indirecta envolver jovens na colecta das cobranças, onde uma percentagem das cobranças reverte-se em benefício da comunidade.

Standard Bank distribui máscaras nos orfanatos e lares de idosos



O Standard Bank procedeu, há dias, à distribuição gratuita de um total de cinco mil máscaras reutilizáveis, para a prevenção da Covid-19, nos orfanatos e lares de idosos, bem como nas zonas de maior concentração de pessoas carenciadas, como mercados, nas províncias de Cabo Delgado e Nampula.

Na província de Nampula, foram contemplados a cidade de Nampula e os distritos de Nacala e Ribáuè, enquanto em Cabo Delgado, o donativo beneficiou à cidade de Pemba e os distritos de Balama e Palma.

De acordo com Jair Ismael, representante do Standard Bank, em Nampula, esta iniciativa tem por objectivo reduzir o máximo possível os índices de transmissão comunitária, apoiando as pessoas mais carencia-

das e vulneráveis na prevenção desta doença, de modo a conter a sua propagação e evitar focos de contágio.

Esta oferta, conforme enfatizou, não constitui um acto isolado, uma vez que se enquadra na estratégia de responsabilidade social do banco: “É por isso que, recentemente, doámos ao Ministério da Saúde, di-

verso material destinado à protecção dos profissionais de saúde para que exerçam a sua nobre missão, devidamente, protegidos e sem o risco de serem contaminados”.

Por ocorrer na data em que o banco celebra 126 anos de existência em Moçambique, o acto reveste-se de particular importância: “Daí que decidimos assinalar a data, junto das nossas comunidades, contribuindo com o pouco que temos para apoiar o combate à Covid-19”, segundo disse.

A oficial de programas da Aldeia de Crianças SOS em Pemba, Rosa Dias, uma das instituições beneficiárias, referiu que as máscaras doadas pelo banco constituem uma grande ajuda, uma vez que vão contribuir para a prevenção da Covid-19.

BCI doa meios de protecção e de higienização em Mabote

O administrador do distrito de Mabote, Carlos Mussanhane, recebeu há dias, do BCI, um conjunto de meios de protecção e de higienização a serem usados naquele ponto do país, no âmbito da prevenção contra a Covid-19. Estiveram presentes no encontro membros do governo distrital, quadros do BCI e convidados.

Os artigos doados, designadamente máscaras faciais e recipientes para a lavagem das mãos, foram entregues pelo gerente do BCI afecto ao balcão de Mabote, Eurico Fernando da Silva, que vinco, na ocasião, que no quadro do seu programa de responsabilidade social, “o BCI vem dar continuidade ao trabalho que está a desenvolver no país, e reforçar as acções em curso ao nível do distrito, na luta que travamos contra o novo Coronavírus. Acreditamos que juntos so-



mos mais fortes e venceremos”.

O administrador de Mabote, por seu turno, congratulou o BCI e agradeceu o gesto, que acontece num momento em que a palavra de ordem é prevenção.

Recorde-se que o distrito de Mabote, situado a norte da província de Inhambane, passou a contar com a sua primeira agência bancária, quando em 2017 o BCI inaugurou o seu balcão, no âmbito do programa “Um Distrito um Banco”.

economia

Banco de Moçambique deve manter taxa de juro nos 10,25% até 2021

A consultora Fitch Solutions considera que o Banco de Moçambique deverá manter a sua taxa de juro directora em 10,25% até ao próximo ano, antecipando uma retoma gradual do crescimento da economia.



AT e associações dos importadores analisam manifestações no Ressano Garcia

A Autoridade Tributária de Moçambique (AT) promoveu semana finda, uma Conferência de Imprensa que contou com a presença das Associações de Importadores com vista a dar o seu posicionamento acerca das motivações e contornos das manifestações que condicionaram o normal funcionamento da Fronteira de Ressano Garcia, nos dias 19 e 20, do mês corrente.

O porta-voz da AT, Fernando Tinga, explicou que as manifestações ocorridas em Ressano Garcia decorreram da intensificação do “modus operandi” naquela posto aduaneira, cujas acções culminaram com apreensão de diversas mercadorias, entre elas, as contrabandeadas e outras que não cumpriram com os requisitos impostos pela lei, para o processo de importação.

Na sua locução, Tinga avançou, ainda, que o aperto do cerco adoptado pelas Alfândegas no controlo, caracterizado pelo acompanhamento das viaturas com mercadorias, desde o ponto de entrada até o local de desembarço, visando garantir o cumprimento integral do processo de desembarço aduaneiro, terá sido o “ponto de iceberg” que precipitou as manifestações que afectaram, momentaneamente, o movimento fronteiriço.

Entretanto, as associações de importadores credenciadas e representadas na conferência ora mencionadas, nomeadamente, a Associação dos Operadores e Trabalhadores do Sector informal (ASSOT-SI), a Cooperativa de Micro-Importadores de Moçambique (COOPAMIM), a Associação dos Micros Importadores de Moçambique (AMIMO) e a Associação de Importação e Comercialização de Produtos Frescos e Agrícolas (FRES-CATA), distanciaram-se e condenaram aqueles actos, justificando que os mesmos, para além de manchar o bom nome dos importadores honestos, comprometem a sua relação com a AT.

Previsões pessimistas confirmadas: Turismo e aviação arrasados pela Covid-19

-Afirma Noor Momade, presidente da AVITUM

O presidente da Associação das Agências de Viagem e Turismo de Moçambique (AVITUM), Noor Momade, fazendo uma radiografia do rasto que a Covid-19 deixou nos últimos quatro meses do Estado de Emergência, disse ao MAGAZINE que todas as previsões pessimistas foram mesmo confirmadas, ao nível do sector do turismo e da aviação. “Em Moçambique a situação é dramática, as quebras nas vendas estão muito acima dos 99%”, disse Momade. Siga os excertos mais interessantes da entrevista.

Agora estamos no segundo Estado de Emergência.

Gostaríamos de saber que rasto deixaram os inesquecíveis quatro meses na indústria nacional de viagens e turismo?

-No geral, todas as previsões mais pessimistas se têm vindo a revelar certas ao nível dos sectores do turismo no geral e da aviação, em particular. A economia do turismo foi fortemente atingida pela pandemia do coronavírus.

Apesar de ser uma crise mundial temos muitas situações díspares em termos de resposta à pandemia, muitas vezes entre países que estão lado a lado. A proximidade geográfica não se tem mostrado relevante em termos de contaminação, e isso, em parte, explica a falta de conservação e diferença de abordagem, tanto nas medidas de



contenção assim como, fundamentalmente, na preparação para a recuperação dos sectores mais afectados.

Um país que está em processo de abertura de fronteiras, promoção de retoma da normalidade e tentativa de recuperação do seu sector do turismo, e que tem do outro lado da fronteira o seu vizinho imediato num processo totalmente inverso, dificilmente não será impactado negativamente nos seus esforços. A dificuldade de coordenação de medidas de país para país tem sido evidente, num contexto pandémico que evolui rapidamente e deixa marcas imediatas no espaço de horas.

Entretanto, em Moçambique, a um continente de distância, o desenvolvimento de todo este processo tem um impacto absolutamente drástico para os nossos sectores de viagens e turismo. A paralisação ao nível das agências de viagem é praticamente

total e a perspectiva do impacto ao nível de continuidade de uma grande parte das agências é extremamente negativa.

Quantos empregos já foram perdidos desde que a pandemia eclodiu no mundo, sobretudo em Moçambique?

-O turismo é muito dependente de mão-de-obra, sendo directamente responsável por cerca de 10% do emprego mundial. Para além disso, tendo em conta a sua natureza, o turismo tem um impacto indirecto muito significativo noutros sectores, aumentando a escala deste problema para números tremendamente preocupantes. Em Moçambique, só ao nível das agências de viagem e operadores turísticos, a situação é dramática. As quebras nas vendas estão muito acima dos 99%. A esmagadora

maioria das agências fechou ou mantém-se apenas em serviços mínimos, deixando a maioria dos colaboradores que ainda estão activos em regime de teletrabalho. Na hotelaria, por exemplo, a situação é muito semelhante.

Temos de entender que para qualquer turismo, seja de que país for, o impacto do que acontece além-fronteiras será sempre tremendo e virtualmente impossível de compensar, seja de que forma for. É verdade que o turismo é um sector extremamente interdependente, que precisará de uma combinação de esforços e coordenação entre os sectores público e privado para conseguir começar a recuperar. No entanto, é muito pouco provável que isso venha a ser significativo, em termos de recuperação do sector no geral, enquanto não voltar a haver normalização dos fluxos internacionais para cada um dos países.

As últimas previsões da OCDE sobre o impacto da Covid-19 apontam para um declínio de 60% no turismo internacional, em 2020, que pode chegar aos 80% se a recuperação não acontecer antes de Dezembro. Existe a expectativa de que na União Europeia, por exemplo, esta recuperação possa acontecer mais cedo, mas neste preciso momento temos um aumento de novas infecções na Espanha e Itália, o que faz temer uma segunda vaga do vírus naquelas zonas. Brasil e Estados Unidos continuam com grandes dificuldades na contenção do contágio.

Em Moçambique iremos continuar a sentir as consequências destes problemas na proporção mais ou menos exacta da nossa dependência em relação à entrada e saída de pessoas de e para destinos internacionais. E isto afectará tudo, os volumes de negócio, postos de trabalho e, no limite, a viabilidade das próprias empresas do sector.

E a nível de receitas, qual tem sido o cenário?

-A compra de voos em Moçambique se tem cifrado consistentemente em valores acima dos 100 milhões/ano, para além disso tem registado uma tendência de crescimento. Em 2018 cresceu quase 20% em relação ao ano anterior.

Assim, conforme indiquei anteriormente, com quebras que totalizam quase 100% não há qualquer receita a ser feita. Nesta altura, as empresas do sector não têm grandes opções. Gastar o mínimo e aguentar ao máximo. O sector está totalmente debaixo de água a sustentar a respiração.

A International Air Transport Association (IATA) prevê que esta crise levará a indústria aérea a perdas anuais absolutamente recordes, na ordem dos 84 biliões de USD. Estamos perante, sem qualquer margem de dúvidas, o pior ano na história da aviação.



Adicionalmente, a IATA prevê que os efeitos de 2020 estejam bem presentes no futuro próximo, com perdas estimadas acima de 15 biliões USD para 2021.

Perante este cenário, as companhias aéreas cortam nas tarifas, na tentativa de minimizar o problema, mas conforme vimos em cima, face à instabilidade e à falta de coordenação entre medidas de país para país não há qualquer confiança para que as massas retomem os seus hábitos.

Como é que esta indústria está a lidar com este fenómeno?

-O impacto desta crise se está a fazer sentir por todo o ecossistema turístico. Tendo em conta a interdependência do sector, o sucesso de todos os actores do sector depende em grande medida do acerto das medidas pensadas e timing da sua execução.

Numa primeira fase a indústria foi apenas reagindo, mais do que inovando em busca de soluções. Muita actividade do sector passou a estar directamente relacionada com

a liberdade que foi restando após a aplicação de medidas em cada país, que foram limitando o movimento de pessoas até efectivamente acabar com ele, como aconteceu com a nossa vizinha África do Sul.

Com o tempo houve uma maior contextualização em relação ao problema. Do ponto de vista do sector, a nível internacional, o foco passou a estar maioritariamente na aposta no mercado doméstico, algo que veio a ser reforçado pelo discurso dos governos e algumas medidas de apoio urgente que foram disponibilizadas.

Os esforços têm por fim sido progressivamente aplicados na eliminação das restrições a viagens e disponibilização de acesso a apoios financeiros para dar liquidez às empresas; na criação e aplicação de novos protocolos de saúde para viagens mais seguras e

tentativa de diversificação dos mercados-alvo, recuperação da confiança dos passageiros através da criação de estímulos à procura do produto turístico com a criação de selos como o Clean & Safe, a disponibilização de APP's com informação para visitantes e campanhas de promoção do turismo doméstico e elaboração de planos abrangentes de recuperação do turismo para reconstruir destinos, estimular a inovação e o investimento, e repensar o sector do turismo.

Moçambique tem procurado agir em concordância com o contexto particular nacional, tanto ao nível do sector privado como público. Tem existido alguma atitude de expectativa, mas existem vários projectos que estão a ser desenvolvidos que virão seguramente alinhar o nosso país com as ideias, normas e práticas que estão a ser adoptadas internacionalmente.

Felizmente temos, nos muitos intervenientes do turismo nacional, pessoas e instituições capazes de pensar o momento actual do nosso turismo e dotá-lo do que precisa para iniciar a muito necessária recuperação, se Deus

quiser.

Que estratégias estão a ser desenhadas para dar volta a este cenário?

-Uma tendência que se foi verificando à medida que a pandemia ia bloqueando o turismo mundial foi o aumento da aposta no turismo doméstico.

Nos países da OCDE, perto de 75% do turismo é doméstico e, segundo as previsões dos especialistas, deverá ser este turismo o primeiro a recuperar. Para além disso, é o turismo doméstico que reúne nesta fase o maior potencial para impulsionar a recuperação, especialmente em países, regiões e cidades onde o sector apoia muitos empregos e negócios. E Moçambique ainda vive num contexto bastante diferente, já que o turismo doméstico

não tem esse peso na balança económica do país. No entanto, têm sido dados passos seguros que nos colocam, seguramente, mais próximos do objectivo de tornar o turismo um dos sectores-chave para o futuro do país, tal como declarado pelo Presidente da República.

Assim, para países como o nosso, com um potencial de capitalização das suas condições humanas e naturais único, a pandemia trouxe uma enorme oportunidade de moldar o futuro deste sector; consigamos nós implementar e apoiar os projectos que sejam desenvolvidos nesse sentido.

Esta é a grande notícia para Moçambique e para o turismo moçambicano. Vamos virar as atenções para o nosso sector, vamos desenvolver o nosso sector, participando de forma que nos couber, ora como fornecedores de produto turístico, ora como clientes e turistas, mas sempre e para sempre como moçambicanos que amam o seu país e que tomam o destino do país nas suas mãos para desenvolvê-lo e ajudar a atingir todo o seu potencial.

Empresários desconhecem beneficiários dos 68 biliões das adjudicações directas



Empresários representados pela Confederação das Associações Económicas (CTA) desconhecem os beneficiários das adjudicações directas feitas pelo Governo, no valor de 68 mil milhões de meticais. Em três meses, os gastos do Governo em adjudicações directas foram duas vezes maiores que as perdas do sector privado no seu todo.

Elísio Muchanga

Volvidas semanas após o Governo ter apresentado no Parlamento o relatório sobre as medidas tomadas durante a vigência do Estado de Emergência, que dentre outras incluíam adjudicações directas no valor de 68 mil milhões de meticais, o representante dos empresários ainda não sabe quantas e quais as empresas que se beneficiaram deste montante.

Questionado pelo MAGAZINE, durante uma conferência de imprensa, o vice-presidente daquela agremiação foi peremptório em afirmar que a sua agremiação não sabia e não conhece as empresas que beneficiaram das adjudicações directas do Governo.

Aliás, a CTA lançou um grito de socorro ao referir que o sector empresarial teve no primeiro semestre, isto é, nos primeiros seis meses do ano, perdas de facturação estimadas em cerca de 31 mil milhões de meticais, o correspondente a 453 milhões de dólares, em contrapartida, o Governo só em três meses adjudicou 68 mil milhões de meticais, alegadamente para a prestação de bens e serviços.

Ao todo, o sector privado, que desconhece os beneficiários das adjudicações directas, só precisa de 36 mil milhões de meticais de modo a responder às suas necessidades de financiamento.

Em contas breves que o MAGAZINE fez de para apurar que o valor que o Governo gastou em adjudicações directas é muito maior que o dinheiro que todo o sector privado espera perder até ao final do ano, caso a actual evolução da pandemia prevaleça, que é de 951 milhões de dólares, o correspondente a 66 mil milhões de meticais, contra os 68 mil milhões de meticais já gastos em adjudicações em apenas três meses.

O economista Elcídio Bachita,

abordado pelo MAGAZINE, salientou que é bem possível que a CTA não saiba dos beneficiários dos 68 mil milhões de meticais, dado que grande parte das empresas beneficiárias podem estar ligadas ao ciclo do poder político, aos dirigentes e gestores de cargos públicos.

Bachita refere que há uma zona de penumbra que o Governo deve esclarecer sobre quem são os beneficiários. “O Estado deveria dar informações detalhadas dos gastos e dos beneficiários das adjudicações de modo a ser mais transparente, porque trata-se de dinheiro do povo e não de membros do Governo”, disse.

Para este economista, a falta de transparência do Governo estaria a testemunhar uma espécie de mau uso do erário público por parte deste, e não ao serviço do interesse da maioria.

“Há necessidade de se identificar as empresas beneficiárias, fazer-se o levantamento dos custos e haver justificativos de forma a provar aos moçambicanos que o dinheiro foi aplicado para o que foi previsto”, salientou.

O economista questiona se cada moçambicano gastou cerca de 2 milhões de meticais em três meses, a ser isto, algo não está bem clarificado, havendo necessidade de se fazer uma auditoria nas contas.

No entanto, este afirma que a CTA pode, querendo, usar da plataforma do diálogo público-privado que tem com o Governo para pedir esclarecimento sobre quem são as empresas beneficiárias destas adjudicações directas neste montante.

No que diz respeito à linha de financiamento do BNI (Banco Nacional de Investimento), de 600 milhões de meticais, que visa aliviar as micro, pequenas e médias empresas dos impactos da Covid-19, a CTA afirma que até ao momento estão inscritas apenas 60 empresas ligadas a esta agremiação para financiamento. Paradoxalmente, a CTA refere que os fundos disponibilizados através das linhas de financiamento introduzidas pelo Governo respondem em apenas 5% às necessidades totais de financiamento do sector empresarial moçambicano.

Texto: Elton Pila

Fotos: Nilton Cumbe

Magazinadas

Inventário de lágrimas

A explosão era uma caixa e dentro dela dois nomes. Beira e Beirute. Irmãos em nitrato de amónio e na potencialidade de catástrofe. O azar foi lançado. Mãos caixa adentro e a explosão calhou a Beirute, talvez porque a Beira calharia um ciclone. Um raio não pode cair duas vezes no mesmo lugar, diz o ditado. A tragédia da Beira já é passado, agora a cidade celebra o 103º aniversário e refaz-se dos escombros daquele ciclone que serviu de prelúdio deste annus horribilis. Beirute é mais longe, mas é presente. Centenas de vidas foram perdidas e outras milhares estão a tentar refazer a vida dos escombros. Na tragédia aprendemos as maiores lições. Viralizou, oh odiosa palavra, o vídeo de uma anciã que vendo a casa destruída deu-se por feliz por ver o seu piano intacto e colocou os dedos sobre ele para as notas de esperança. Mas nem tudo foi música em Beirute. O Governo foi maltratado. A revolução saiu à rua e foi televisionada. Ministros deixaram os lugares à disposição em solidariedade aos mortos ou para escaparem da fúria dos vivos. A renúncia é sempre o último reduto de quem vê a honra a esvaí-se entre os dedos. Entre nós, nem honra nem renúncia nem fúria. Cabo Delgado está à beira de um colapso e instrutores escolheram esta altura para engravidar as instruendas. 15 meninas engravidadas, enquanto faziam o caminho para a realização do sonho de ser polícia ou de (não sendo sonho de muitas) ter um emprego digno. Mas, com investigações feitas, dizem que apenas duas das engravidadas são responsabilidade dos instrutores. Ao longo dos anos terão sido certamente mais, muito mais. Mas tudo o que aconteceu foi a suspensão dos instrutores e ficamos a saber que se trata de uma questão interna. A gravidez é uma questão interna, dúvidas não há. O processo até se chegar a gravidez também é interno. Todos sabemos como se fazem os bebés. A vida não é uma animação de Nicholas Stoller. E isto é também sobre transmissão comunitária, igual a esta em que Maputo está agora por causa da Covid-19, que obriga a testes massivos. O que nos dariam testes massivos de HIV e de gravidez em Matalana? Um inventário de lágrimas para este annus horribilis.



Aniversariantes



Hermínia



Hoje é um dia especial no nosso calendário, pois finalmente chegou o teu dia. É um momento de felicidade, alegrar-se e desejar coisas boas, afinal não é todos os dias que temos um motivo bom para ser comemorado. Feliz aniversário minha esposa! Espero que estasjas feliz com esta data, tirando proveito de cada momento, cada sorriso que te seja direccionado, cada emoção que passar no dia de hoje. Curta bastante, alegra-te e divirta-te como nunca! Votos do teu esposo Nilton Cumbe.

Vaulquíria



Hoje o meu mural é todo ele dedicado à minha filha, amiga, companheira de todos os momentos, Vaulquíria, pela passagem de mais um aniversário natalício. Parabéns filha e que Deus te abençoe. Sucessos na tua carreira estudantil e consigas alcançar todos os teus sonhos, acima de tudo saúde e que Deus te conceda uma longa vida e com muita felicidade. Te amo filha. Feliz aniversário!

Tofo Fonseca



Estou muito feliz porque sei que a vida tem coisas maravilhosas reservadas para ti. Tu só precisas de coragem, força e ousadia para buscá-las! E eu não estou nada preocupada com o teu futuro. Sabes porquê? Porque se alguém neste mundo tem força de vontade para conquistar tudo de bom essa pessoa és tu. Que a tua felicidade e conquistas sejam um exemplo para todos. Parabéns filha!

Flávia



O nosso coração se enche de felicidade por estar sempre presente, vendo um sorriso a brilhar no teu rosto. Que os teus sonhos de mocinha sejam o teu futuro realizado e que os teus passos te levem a alcançar muitas vitórias. Lembra-te que nem tudo acontece como queremos, mas não desanime nunca, pois tu jamais estarás sozinha; existem pessoas ao teu lado que te amam muito e terás sempre o apoio que precisares.

Mariamo



Hoje o dia acordou com uma luminosidade diferente, talvez por ser o teu aniversário. Parabéns! Desejo que o amor e a alegria estejam do teu lado em todos os instantes de hoje. Que a tua alegria neste dia se espalhe, levando um pouco de ti para dentro de cada coração que aprendeu a amar-te. Que a sorte cruze os teus caminhos e que todas as chances e oportunidades de fazer de ti uma pessoa vitoriosa te acompanhem sempre.

Mingo



Festejar e cantar parabéns para ti hoje é motivo de muita alegria para mim. É motivo para eu elevar os meus pensamentos em gratidão a Deus, que tudo provê no tempo e na hora certa. Feliz aniversário para ti, com grandes alegrias e realizações porque ninguém merece mais que tu. Obrigada por me fazer sentir que também sou especial na tua vida. Parabéns! Votos do Jovi.

Vera



Este é o teu aniversário e quero te desejar toda a felicidade do mundo, afinal tu mereces por seres uma pessoa especial, uma criatura única que me enche de orgulho e prazer por estar ao teu lado. Parabéns, muitos anos de vida com saúde e fé! Que a paz de Deus que uniu o nosso amor nos possa acompanhar, encher de sonhos e estender os nossos dias de vida.

Ivan



Nada como chegar nesta data e ver tudo que passamos e o quanto somos queridos neste mundo que vivemos. Parabéns e muitas felicidades para ti. Com esse teu jeitinho consegues transmitir toda a alegria para fazer uma pessoa feliz. Que neste aniversário consigas descobrir muito mais ideais do que aqueles já conseguidos, fazendo disso uma lição de vida.



cultura

"Wansati" de Rhodalia Silvestre já disponível

Rhodalia Silvestre lançou o seu primeiro álbum, "Wansati". Composto por 12 faixas, o álbum explora o Afro-Jazz, ritmo que já nos habituamos a ouvir na voz da intérprete. O álbum da vencedora do prémio Melhor Voz de Moçambique no Ngoma 2017 será distribuído pela MODIGI – Distribuição digital.

**Kugoma em casa**

O KUGOMA – Fórum de Cinema Moçambique é o evento de cinema que marca o calendário cultural moçambicano, em Agosto. Este ano na 11.ª edição, o KUGOMA decorrerá de 24 a 30 de Agosto, no formato "Em Casa" – respondendo à necessidade de prevenção do COVID-19 – com sessões e actividades on-line, na televisão e na plataforma VOD moçambicana NetKanema.

Em 2020, o KUGOMA é organizado e produzido pela Associação Amigos do Cinema em Moçambique que assumiu também, no início do ano, a organização da Semana de Cinema Africano, e conta com produção executiva da Maxfilm Creative.

Assim, esta 11.ª edição entra na fase da programação das sessões de filmes, que decorrerão na semana de 24 a 30 de Agosto, nas redes sociais Facebook e Youtube do próprio KUGOMA e dos parceiros – o Centro Cultural Franco-moçambicano, o Centro Cultural Moçambique-Alemanha -, na Televisão de Moçambique, STV e na referida plataforma digital.

Será um total de oito (8) sessões dos quais incluem 3 documentários de 52 minutos, filmes de Moçambique, Cabo Verde, Senegal, Guiné-Bissau e Brasil, filmes sobre dança e sobre música, um conjunto de curtas com temática LGBTQ, e sessões de programação juvenil que habitualmente são exibidos no "Kugoma Escolas", na TVM e na STV. Parte da programação resulta de parcerias estabelecidas com o 4.º concurso de curtas-metragens do CCMA e o Mobile Film Festival Africa, com curtas da Costa do Marfim, Burquina Faso, Argélia, Guiné e Marrocos.

A AAMCM oferece o prémio "NOVOS AUTORES", com cinco (5) pré-seleccionados; Ivan Barros, Nildo Essá, Ernânio Mandlate, Tina Krueger/David Aguacheiro e Rupia Júnior/Milton Tinga.

E este ano, o KUGOMA introduz o prémio "NOVOS AUTORES PALOP-TL" oferecido pela Rede de Cinema e Audiovisual PALOP-TL, também com cinco (5) pré-seleccionados; Chissana Magalhães, Abel Monteiro, Lara Plácido, Guenny Pires e Welget Bungué. Os vencedores serão divulgados no dia 30 de Agosto.

O que fica depois do último adeus



Tony Django

Foi a voz marcante nos dois álbuns dos Kapa Dech. Começava um trabalho a solo, paralelo a banda, quando a morte o encontrou. Tinha apenas 37 anos e foi há 10 anos. Este ano, voltou a ser assunto pelo estado da sua sepultura. Embora esteja já com condição melhorada, é uma chamada de atenção para o que fica depois do último adeus.

Em 2010, ano da sua morte, ainda deu para vê-lo em palco. A última vez foi no Festival da Marrabenta. Era Tony Django, sem o grupo com o qual se deu a conhecer, sem que isso signifique afastamento da banda, era um trabalho paralelo. Cantava Alexandre Langa, "hoyo hoyo masseve", com a mesma energia que já nos havia habituado e que não permitia que suspeitássemos que em mais algum tempo a sua voz se calaria para sempre.

Foi a 19 de Abril, depois de ter dado entrada nos Servi-

ços de Urgência do Hospital Central de Maputo, que perdeu a vida. As causas da morte não chegaram a ser reveladas.

Calava-se assim uma voz que se começou a moldar no grupo infantil Pétalas Amarelas, nos tempos áureos dos Continuadores, ao lado de colegas como Rufus e Zé Pires com quem estaria também nos Kapa Dech, grupo criado em 1996, que fazia a música tradicional moçambicana, a margem de estilos como "house" ou "hip hop", que se impunham nesse tempo.

Dois anos depois da fundação do grupo, em 1998, era lançado "Katchume" e "Tsuketani" em 2001. Dois álbuns que faziam dos Kapa Dech a trilha sonora de uma geração e de Tony Django um dos vocalistas mais autênticos. Motivos que levaram o grupo a experimentar outros palcos, como em Portugal, Suécia, França, Noruega, África do Sul, Zimbábue, Botswana, Suazilândia.

Os dois álbuns da banda foram gravados em Paris, França, chancelados pela Lusafrika, editora que também tinha no catálogo nomes como Cesária Évora, Bonga e Ferro e Gaita.

Este ano, em que se contam 10 anos depois do último

adeus, ano redondo e que se devia esperar as celebrações que os anos redondos sugerem, o nome de Tony Django volta a ser ouvido, associado ao estado da sua campa, a revelar um abandono e um longo período sem visitas, como se depois da morte deixasse de fazer parte do imaginário popular.

Sabemos agora que a campa volta a estar em condições. Na nossa breve visita ao cemitério de Lhanguene, para onde foi a enterrar, o cimento mostrava que era tudo ainda muito recente. Sizaquel Matlombe, que entrou na banda depois dos dois primeiros álbuns, em 2006, mas que foi a tempo de privar com Django, diz que lhe causou uma tristeza enorme ver o estado da campa, sobretudo, partilhada no facebook. "Não sabia que a campa estava naquele estado", diz ela que foi apanhada de surpresa pelas imagens nas redes sociais. A agora vocalista dos Kapa

Dech, junto de Roberto Isaías, diz que o grupo não se havia esquecido do artista, mas que entendia os cuidados pela "última morada" como algo "extremamente íntimo" e que devia ser reservado a família mais próxima. "Talvez a família não tenha cuidado da campa por falta de condições. Mas não se aproximou a Banda para dizer", faz saber.

Apesar de Sizaquel não confirmar, sabemos que foi a banda que se organizou para melhorar a campa do artista. "Tony foi o homem da voz inédita, amava o seu trabalho, ele deu muito para a valorização da cultura do país e deve ser recordado pelos seus feitos", diz. A situação que Tony Django agora despoleta é mais uma que se repete entre vários artistas. Pedro Langa, da Banda Ghorwane, que lhe foi tirada a vida em 2001 e Jeremias Nguenha cujo sepulcro já nem tem a lápide que o nominaliza são alguns dos exemplos.

Morreu Jack Sherman, ex-guitarrista dos Red Hot Chilli Peppers

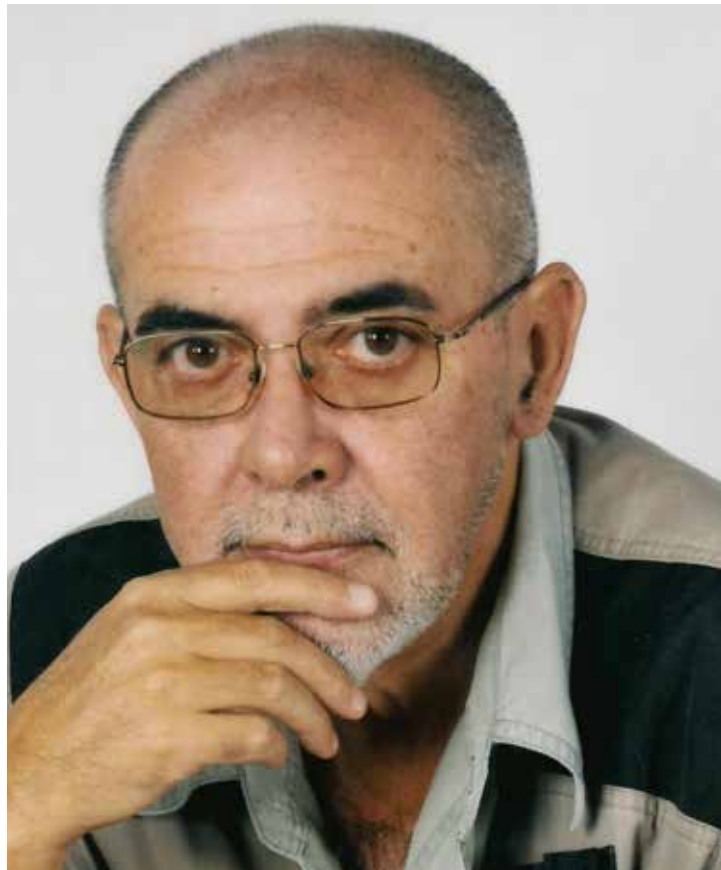


Além de aparecer no primeiro álbum, participou na primeira digressão da banda pelos EUA, em 1984. Tinha 64 anos.

Jack Sherman, o guitarrista que apareceu no álbum de estreia dos Red Hot Chilli Peppers e tocou na primeira digressão da banda nos EUA em 1984, morreu aos 64 anos. "Nós da família RHCP gostaríamos de desejar uma passagem suave para Jack Sherman para o outro mundo, porque ele morreu. O Jack tocou no nosso primeiro ál-

búm e na nossa primeira digressão dos EUA. Ele era um tipo único e agradecemos por todas as coisas, as boas, as más e as pelo meio", escreveu a banda nas redes sociais. Sherman, cuja causa de morte não foi indicada, substituiu o membro fundador dos Red Hot Chili Peppers, Hillel Slovak, em Dezembro de 1983. Este regressou à banda em 1985. Sherman terá ainda ajudado a escrever músicas para o segundo álbum e continuou a colaborar com a banda.

Escritores de língua portuguesa alertam para o risco de regresso as ditaduras



Luís Carlos Patraquim

187 escritores de língua portuguesa assinaram uma carta em que exigem “compromissos políticos que detenham a escalada do populismo, da violência, da xenofobia” e alertam para a possível “quebra irreparável dos valores humanistas”. Entre os que dão o nome à carta, estão cinco autores moçambicanos.

Numa carta de domínio público, assinada por 187 escritores lusófonos, que vão do brasileiro Chico Buarque às portuguesas Hélia Correia ou Lídia Jorge passando pelo moçambicano Mia Couto, os signatários mostram-se conscientes de que pode haver um “custo” em “dar palco ao que, em circunstâncias normais, não mereceria uma nota de rodapé”.

Na carta aberta, subscrita também pelos moçambicanos Luís Carlos Patraquim, Mia Couto, Pedro Pereira Lopes, Amosse Mucavele e Lucílio Manjate, os autores escrevem que preferem “correr esse risco face às circunstâncias vividas em Portugal, que [consi-

deram] graves e inquietantes, nos domínios do racismo, do populismo, da xenofobia, da homofobia, das emoções induzidas, da confusão destas com ideias e, em geral, de tudo aquilo que de mais repugnante pode emergir de uma sociedade em crise e em estado de medo”.

“Temos de reagir antes que seja tarde. E usar as palavras contra o insidioso ataque à democracia, ao multiculturalismo, à justiça social, à tolerância, à inclusão, à igualdade entre géneros, à liberdade de expressão e ao debate aberto”, escrevem os autores.

Para estes escritores, não se pode olhar para o lado sob pena de se emudecer e, por isso, comprometem-se a “jamais participar em eventos, conferências e/ou festivais conotados — seja de que maneira for — com ideias que colidam com os princípios da tolerância e da dignidade humana”.

“É preciso tomar consciência de que as ameaças que ora rastejam propiciam uma quebra irreparável dos valores humanistas, da solidariedade e do mútuo apoio — valores laborais e de igualdade de direitos constitucionais à saúde, à educação, ao emprego, à justiça, à cultura”, escrevem.

O apelo para uma consciencialização dos riscos vividos face ao ressurgimento destas ameaças e para que assumam também o seu papel nesta



Lucílio Manjate

luta é deixado também aos órgãos de justiça, à comunicação social, aos partidos políticos, e ainda ao Presidente da República, ao parlamento e ao Governo, para “que

exercem um escrutínio rigoroso da constitucionalidade e assegurem que o fascismo não passará”.

A carta aberta alerta que cultura e literatura “não

florescem nestes tempos sufocantes, em que a terrível crise humanitária dos refugiados, nos deploráveis campos às portas da Europa, e a ameaça ecológica e ambiental, à escala planetária, são banalizadas nos noticiários”, salientando que, aos problemas já existentes, se juntarão os que decorrem da crise causada pela pandemia de covid-19: “o alastramento do desemprego e da pobreza, pasto fértil para demagogias, teses anti-imigração, racismos e extremas-direitas”. “Na certeza de que, como sempre nos mostrou a História, quem adormece em democracia acorda em ditadura”, terminam os autores.

Estado de emergência: Cultura e Turismo registam quebra de 95% de receitas

A Ministra da Cultura e Turismo, Eldevina Materula, disse, recentemente, que o sector da Cultura e Turismo foi lesado em mais de 95% na redução de receitas mensais, desde o início do estado de emergência.

Eldevina Materula falava na reunião com parceiros sociais no âmbito do estado de emergência, promovida pelo Ministério do Trabalho e Segurança Social.

A governante referiu que até agora foram afectados 11.698 trabalhadores num total de 66.592. A pandemia também obrigou ao encerramento de 1.199 estabelecimentos no sector do Turismo.

Já no sector da Cultura, dos 1.449 estabelecimentos das Indústrias culturais existentes no país, 969 foram encerrados, afectando 5.442 trabalhadores.



Eldevina Materula

Materula mostra-se preocupada com a situação mas avançou no encontro que “Vamos criar incentivos para a criação artística na-

cional. O Sector está empenhado na implementação de iniciativas que vão alavancar a Cultura e Turismo no pós-Covid-19, como o e-visa, o Selo Limpo, o Regulamento dos Empreendimentos Turísticos e Implementação da Taxa do Turismo, a Revisão da Lei dos Direitos de Autor e Direitos Conexos e a Lei do Mecenato”.

A reunião foi dirigida pela Ministra do Trabalho e Segurança Social, Margarida Talapa, e foram discutidos vários temas, como o Impacto da Covid-19 no Mercado do Trabalho e Contribuições do INSS na linha de Crédito Covid-19.

desporto

Filho de Michael Schumacher pode competir na F1 já em 2021

O chefe da Ferrari, Mattia Binotto, abriu essa possibilidade, mas deixou a garantia de que a acontecer uma subida de Mick Schumacher à F1 seria numa equipa menor. Todavia, e paulatinamente escrevendo o seu caminho, Mick Schumacher, actualmente na F2, pode até rumar ao principal escalão dos desportos motorizados.

**Bayern vence Liga dos Campeões**

O Bayern de Munique venceu a final da Liga dos Campeões, ao derrotar o Paris Saint-Germain por uma bola a zero, no Estádio da Luz em Lisboa. Esta é a sexta vez que os germânicos conquistam a taça. O golo que deu vitória aos bávaros teve a assinatura do francês Kingsley Coman, que recebeu ainda o troféu de Melhor Jogador em Campo, na Final da Liga dos Campeões.

Em Munique, a festa fez-se nas ruas. Um dos adeptos afirmou que a equipa do Bayern mereceu a vitória; os jogadores tiveram uma época incrível e, de acordo com este adepto, foi graças ao treinador que conseguiram o triplo. Hansi Flick assumiu os comandos do Bayern de Munique em Novembro e, desde então, o clube conquistou três troféus. O treinador afirmou que tudo se deve ao trabalho de equipa, pois “a qualidade aumentou a cada sessão de treino, e isso resultou em melhores resultados”. Para o treinador, a equipa merece um enorme elogio.

Entretanto, em Paris, os adeptos do PSG não conseguiram esconder o seu desapontamento no estádio do Parque dos Príncipes. Algumas centenas acabaram por expressar a frustração nas ruas da capital francesa.

Neymar, de 28 anos, depositava grandes esperanças em vencer pela segunda vez na carreira a Liga dos Campeões, a primeira aconteceu em 2015 pelo Barcelona, mas tal não sucedeu e a derrota do PSG na final com o Bayern deixou o internacional brasileiro profundamente desolado e em lágrimas.

Horas depois de terminada a partida, Neymar deixou o primeiro comentário à derrota em Lisboa através da rede social Twitter: “Perder faz parte do desporto, tentámos de tudo, lutámos até ao final. Obrigado pelo apoio e carinho de cada um de vocês. Parabéns ao Bayer”. **A Bola**

SED defende revisão da Lei do Desporto

A Secretaria de Estado do Desporto (SED) está a levar a cabo um debate com vista a auscultar vários segmentos da comunidade desportiva no país, para uma eventual revisão pontual da actual Lei do Desporto.

Sílvia Langa, do Gabinete Jurídico da SED, disse que o sector do Desporto cresceu muito, o que obriga a que alguns aspectos devam ser considerados no campo jurídico para o seu enquadramento legal.

Alfredo Langa

Já iniciou o debate e auscultação para a revisão pontual da Lei N.º 11/2002, de 12 de Março/Lei do Desporto em vigor. O debate vai durar cerca de 60 dias, com reuniões que vão juntar diferentes agentes desportivos, tendo como objectivo envolver o maior número de contribuições para responder àqueles que são os desafios do desporto nacional na actualidade.

Sílvia Langa, do Gabinete Jurídico da Secretaria de Estado do Desporto (SED), numa curta entrevista para falar do projecto de revisão pontual da Lei do Desporto disse que “já passam quase 18 anos de vida da Lei 11/2002, de 12 de Março. É muito tempo, e o desporto cresceu muito nas suas especificidades e era preciso ter um enquadramento jurídico para acomodar esse crescimento”. Questionamos à nossa interlocutora quais seriam, no projecto de revisão da Lei do Desporto, os aspectos a considerar, ao que Sílvia Langa disse que “haverá aspectos com proposta no campo dos direitos fundamentais, nos subsistemas do desporto e no enquadramento do desporto de alto rendimento. Um reparo na criação das Sociedades Anónimas do



Sílvia Langa, do Gabinete Jurídico da SED

Desporto (SAD) e não só”. Comentando sobre o artigo 4 da Lei do Desporto em vigor, que fala dos direitos fundamentais, Langa apontou haver a seguinte proposta: sem prejuízo do que estabelece a Constituição da República de Moçambique, constituem Princípios Gerais do Desporto Moçambicano, Princípio da Universalidade e Igualdade que “a prática da actividade desportiva não pode estar sujeita a discriminação

rência, coesão e da continuidade territorial; valorização da educação e preservação da cultura, meio ambiente, princípio da participação e da responsabilização desportiva, dentre outros princípios. Falando no que diz respeito aos subsistemas, Langa apontou que em relação aos subsistemas “temos objectivo do subsistema de desporto nos estabelecimentos de ensino e de formação; desporto no trabalho, nas Forças de

tivas da respectiva divisão administrativa local.

Outros assuntos que dominaram uma das sessões de debate foi a implementação das Sociedades Anónimas Desportivas (SAD) nos clubes como um modelo de gestão que garanta alguma independência financeira; o Regulamento do Desporto incluir as crianças nos clubes e não se cingir apenas nos Jogos Escolares e a Lei do Mecenato. Para Sílvia Langa, o projecto da revisão da Lei clarifica que “sociedades desportivas são pessoas colectivas de direito privado, constituídas sob forma de sociedade anónima, cujo objecto é a participação em competições desportivas profissionais, a promoção e organização de espectáculos desportivos e o fomento ou desenvolvimento de actividades relacionadas com a prática desportiva profissionalizada, no âmbito de uma modalidade”.

Acrescentou que “a firma e a denominação das sociedades desportivas conterà a indicação da respectiva modalidade desportiva, concluindo ainda pela abreviatura SAD”.

Entretanto, a classe dos jornalistas quer ver reflectida



Desportistas dando a sua contribuição no projecto de revisão pontual da Lei do Desporto

com base na raça, sexo, origem étnica, língua, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social, condição física, orientação sexual, ou outras formas de discriminação”.

Haverá também contribuições da revisão pontual da lei nos princípios da ética e verdade desportiva. Da transpa-

Defesa e Segurança. Aqui, organiza-se de forma autónoma e de acordo com os parâmetros que forem definidos pelas instituições de tutela”. Exemplificando sobre o desporto nos locais de residência, Sílvia Langa afirmou que o desporto praticado nos locais de residência é promovido e organizado pelos núcleos e associações despor-

na revisão pontual da Lei do Desporto a valorização dos jornalistas desportivos.

O presidente da Associação Moçambicana de Imprensa Desportiva (AMID), Adão Matimbe, destaca que na revisão da Lei-base do Desporto tem de se ter em conta a salvaguarda de um direito constitucional, que é o acesso à informação.

FMF define critérios para distribuição dos dólares da FIFA

A Federação Moçambicana de Futebol (FMF) convocou a comunicação social para explicar, detalhadamente, como será distribuído em Moçambique o valor de um milhão de dólares do fundo de solidariedade, financiado pela FIFA.



Pormenor da conferência de imprensa

Alfredo Langa

A FIFA garantiu a doação solidária de 1 milhão de dólares por federação, como forma de apoiá-las e a comunidade futebolística em geral. Segundo apuramos, o uso dos fundos obedece ao regulamento da FIFA e obriga às seguintes premissas: o reinício das competições em todas as categorias, a implementação de protocolos de retorno ao jogo, a participação de selecções de todas as categorias de idade em competições; o pagamento das despesas de pessoal e (re) contratação de pessoal essencial, quando necessário, a manutenção da infra-estrutura futebolística, o desenvolvimento de actividades futebolísticas, o pagamento das despesas gerais administrativas e operacionais da federação. No que diz respeito à permis-

sibilidade no uso dos fundos, Feizal Sidat deixou claro que “no apoio às federações e à comunidade futebolística, todo o financiamento e a sua utilização serão auditados pela FIFA, numa revisão central expandida ao processo de auditoria e relatório, conforme estabelecido no Programa FIFA Forward. O financiamento distribuído pela FMF deverá incluir um processo de verificação e auditoria com relatórios específicos sobre o uso dos fundos por parte dos beneficiários”. Como é que os agentes vão receber o dinheiro? Os clubes do Moçambique terão que preencher um formulário disponível na Federação Moçambicana de Futebol, devendo possuir a conta bancária oficial do clube, o processo de licenciamento de clubes concluído, o registo de jogadores de todos os escalões no sistema FIFA Connect, sendo que as associações provinciais seguirão o mesmo exemplo. En-

tretanto, os clubes provinciais deverão preencher um formulário disponível nas associações provinciais e ter filiação nas respectivas associações provinciais.

As selecções jovens, nas competições 2020/21 vão colhar 4.500.000 milhões de meticais. Com a amortização das dívidas no valor de 34 milhões de meticais por parte da FMF.

Já para o campeonato nacional da 1ª Divisão, os 14 clubes vão receber 1.200.000 milhões de meticais, enquanto as associações provinciais vão encaixar 250 mil meticais.

No apoio sanitário às associações provinciais, estas vão receber 20 mil e os clubes 70 mil meticais. Em espécie, os clubes seniores filiados às associações provinciais vão receber 55 mil meticais e outros clubes provinciais 22 mil meticais.

Os materiais em espécie são as bolas, coletes, apitos, cronómetros, mecos e cones.

Costa do Sol desafia protocolo sanitário e LMF espera pelos outros

O Costa do Sol foi a primeira formação que milita no Moçambique a iniciar os treinos, depois de passar no segundo teste do seguimento do protocolo sanitário. Os treinos tiveram o seu início oficial na passada quarta-feira. Segundo apuramos, os treinos estão a ser realizados numa primeira fase com sessões repartidas em três grupos.

Tudo indica que o próximo clube a iniciar com os treinos será a União Desportiva do Songo, seguindo o Costa do Sol, visto que irão representar o país na Liga dos Campeões e Taça CAF, respectivamente, competições que poderão arrancar no presente ano. Segundo apuramos, a União Desportiva do Songo está neste momento a seguir o guião do protocolo sanitário com vista a solicitar, muito em breve, a inspecção para a sua autorização para a retoma dos treinos. Uma das regras básicas que deverão seguir os outros clubes é o que os canarinhos fizeram, como a colocação, à entrada do campo, de cestos devidamente identificados com os nomes dos atletas e onde estes deverão pôr as respectivas máscaras e outros objectos pessoais. Foi igualmente criado um sistema de desinfecção, bem como a disponibilização de uma sala de isolamento para acolher os elementos do clube cujo quadro clínico leve a suspeitas de infecção pela Covid-19.



Atleta do Costa do Sol em treino

roviário de Maputo, Liga Desportiva de Maputo, Associação Black Bulls, ao nível da cidade de Maputo, onde foram deixadas recomendações, brevemente podem solicitar a inspecção final para aprovação da retoma dos treinos.

Outros clubes que podem solicitar a inspecção brevemente são o Ferroviário de Nam-pula e da Beira. Entretanto, a Liga Moçambicana de Futebol (LMF) vem trabalhando para que os outros oito clubes possam receber a visita da inspecção multisetorial para aferir em que nível se encontram na preparação do cumprimento do protocolo sanitário.

Segundo o presidente da Liga Moçambicana de Futebol (LMF), Ananias Couane, “a grande preocupação residia em saber se o Ferroviário de



Presidente da LMF, Ananias Couane, monitorando o protocolo sanitário

Na onda do seguimento do protocolo sanitário, a Liga Moçambicana de Futebol deu garantias ao MAGAZINE de que os clubes vão cumprir com o protocolo sanitário, estando estes a desdobrarem-se para cumprir com o protocolo sanitário para a retoma dos treinos.

Até ao momento, apenas seis equipas das 14 que militam no Moçambique foram inspeccionadas, sendo que ao longo dos próximos dias outros clubes vão solicitar a inspecção sanitária.

Entretanto, clubes como Fer-

Lichinga estaria apto, mas sabemos que fez um esforço e tudo já está organizado, aguardando apenas pela visita da equipa de inspecção. Igual preocupação em relação ao Ferroviário de Nacala e ao Matchedje de Mocuba que estão na mesma situação”.

Entretanto, até ao fecho da nossa edição o Desportivo de Maputo, Incomáti de Xina-vane, Textáfrica do Chimoio, União Desportiva do Songo e ENH de Vilankulo são os outros clubes que ainda não tinham recebido a visita dos inspetores.

Moçambique defronta Camarões em Novembro



Mambas em acção

A Confederação Africana de Futebol (CAF) marcou para o intervalo de 9 a 17 de Novembro os jogos da selecção nacional, os Mambas, frente aos Camarões, inseridos na

terceira e quarta jornadas da Taça das Nações de África-2021. A entidade gestora máxima do futebol africano agendou ainda para entre os dias 22 e 30 de Março de

2021 a realização da quinta e sexta rondas, onde a equipa nacional de Moçambique terá como adversários Cabo Verde e Ruanda, respectivamente.

Moçambique lidera o seu grupo de qualificação para o CAN com 4 pontos, resultado de uma vitória sobre o Ruanda (2-0) e um empate com Cabo Verde (2-2). Apuram-se para a mais importante prova africana de selecções os dois primeiros classificados. Entretanto, o técnico português Luís Gonçalves deu a conhecer que o regresso a Moçambique está para breve e que a partir de Setembro começará a preparar os jogos amigáveis que os Mambas têm projectados para Outubro.



Rua da Concórdia (Oliveira) nº38; 1º andar único, no bairro da Malhangalene "A", na cidade de Maputo.

Zainadine Júnior já em Portugal e Kendal Manuel escala Espanha

O internacional moçambicano e um dos capitães da formação do Marítimo de Portugal, Zainadine Júnior, já regressou a Portugal, depois de curtas férias em Moçambique. Na diáspora, outra grande novidade é a ida a Espanha do basquetista moçambicano Kendal Manuel.

Alfredo Langa



Zainadine Júnior



Basquetista Kendal Manuel

As pré-épocas na Europa já começaram em alguns clubes, onde têm também nas suas fileiras jogadores moçambicanos, com destaque para Mexer no Bordeaux e Reinildo no Lille. Na página oficial do Clube Marítimo de Portugal, esta instituição desportiva garantiu que o internacional moçambicano Zainadine Júnior já se encontra no Funchal, depois de ter

estado na sua terra natal, Moçambique, em gozo de férias.

O cansaço inerente a viagem levou o treinador Lito Vidigal a dispensá-lo do segundo treino de pré-temporada. Segundo apuramos, Zainadine Júnior já começou a treinar com os colegas para a época portuguesa 20/21, a iniciar brevemente.

Entretanto, na onda da agitação no mercado da bola ao

cesto, onde tivemos muito destaque no género feminino, há dias ficou confirmado que a formação do Liberebank Oviedo Baloncesto e o armador Kendal Manuel, nascido em Billings, Montana, nos Estados Unidos da América, chegaram a acordo para o jogador internacional moçambicano ingressar naquela formação que milita na Liga Espanhola de Basquetebol Oro (LEB Oro), se-

gundo anunciou o clube no seu site oficial.

Kendal Manuel iniciou a sua carreira na NCAA ao serviço da Oregon State University, embora depois de duas temporadas tenha mudado para a University of Montana, onde jogou as últimas duas temporadas e atingiu as suas melhores marcas estatísticas.

Apesar de Kendal Manuel ter nascido no Estado de

Montana, é filho de pai moçambicano (o antigo jogador da Académica Manuel Potalas), o que lhe permitiu adquirir a nacionalidade e ser convocado para a Selecção Nacional de Moçambique para as Janelas FIBA África de qualificação para o Campeonato do Mundo de 2019. O basquetista Kendal Manuel, segundo apuramos, vai ocupar a posição de base-armador.

Está em suas mãos evitar que o coronavírus se espalhe

Recomendações

Lave as mãos frequentemente com água e sabão. Se não houver água e sabão, use álcool em gel.



Não compartilhe objetos de uso pessoal, como talheres, pratos, copos ou garrafas.



Lave as mãos com água e sabão antes e depois de tocar nos olhos, nariz e boca.



Cubra boca e nariz ao tossir ou espirrar com um lenço de papel e jogue no lixo. Ou cubra a boca com o braço dobrado. E sempre lave as mãos com água e sabão após a tosse ou espirro.



Se apresentar sintomas, procure o serviço de saúde mais próximo.



#Fique em Casa!